



PREFEITURA DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Integração - SEMI
Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável - SEMA

RELATÓRIO TÉCNICO DE GESTÃO AMBIENTAL 2017



PREFEITURA
PORTO VELHO
CONSTRUINDO PROGRESSO



PREFEITURA DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Integração - SEMI
Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável - SEMA

Hildon de Lima Chaves

Prefeito

Robson Damasceno Silva Júnior

Secretário Municipal de Integração
Subsecretário Municipal de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável

Adirleide Dias dos Santos

Diretora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas
Ambientais e Mudanças Climáticas

Paulo Regis Aquiar Moita

Diretor do Departamento de Proteção e Conservação Ambiental

Nilton Veloso Bezerra

Diretor do Departamento de Licenciamento Ambiental

Washington Cortez Lima

Diretor do Departamento de Fiscalização e Monitoramento

*Este trabalho é resultado do empenho
de todos os servidores que compõem a
Família SEMA.*



PREFEITURA DE PORTO VELHO
Secretaria Municipal de Integração - SEMI
Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável - SEMA



RELATÓRIO TÉCNICO DE GESTÃO AMBIENTAL - SEMA 2017

O Relatório Técnico de Gestão Ambiental é a peça técnica que apresenta como está a qualidade do Meio Ambiente no município de Porto Velho. Segundo a Lei Complementar 138/2001 o Relatório é um dos instrumentos da política municipal de Meio Ambiente. O documento produzido pela Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA é mais abrangente que o Relatório de Qualidade de Meio Ambiente, pois apresenta as ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos pela Gestão Municipal.

O lapso temporal de apuração de dados é o ano 2017.





Sumário

APRESENTAÇÃO _____	05
1 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - MISSÃO, VISÃO E VALORES _____	13
2 – Departamento de Fiscalização e Monitoramento _____	40
3 – Departamento de Licenciamento Ambiental _____	46
4 – Departamento de Gestão de Políticas Ambientais e Mudanças Climáticas _____	51
5 – Departamento de Proteção e Conservação Ambiental _____	67
6 – Resíduos Sólidos, Reciclagem e Logística Reversa _____	96
7 – Saneamento Básico e Meio Ambiente _____	100
8 – Mudanças Climáticas _____	113
9 – Qualidade do Ar _____	114
10 – Considerações Finais _____	115



Apresentação

A Subsecretaria Municipal de Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) - órgão da Prefeitura Municipal de Porto Velho - foi criada pela Lei Complementar nº 119, de 30 de abril de 2001, sendo intitulada como o órgão executivo do Sistema Municipal de Meio ambiente e tendo por finalidade coordenar, controlar e executar a Política Municipal de Meio Ambiente do Município de Porto Velho, estando atribuídas a ela as matérias de proteção, controle e restauração do meio ambiente e a educação ambiental.

Com o advento da reforma administrativa, proporcionada pelo Prefeito Dr. Hildon Chaves para o melhoramento da Gestão Pública, sancionada através da Lei Complementar nº 648 de 06 de janeiro de 2017 e posterior alteração proporcionada pela Lei Complementar nº 650 de 08 de fevereiro de 2017, a SEMA passa a ser classificada como **Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, compondo em conjunto com a Semagric e Semdestur a **SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO – SEMI**.

Dessa foram a SEMA, segundo o Art. 89 da Lei Complementar nº 648 de 06 de janeiro de 2017, evolui sua finalidade para a gestão e implementação da política de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente do Município, para consecução de atividades de natureza local, nos termos das competências constitucionais e da Lei Orgânica do Município, o exercício de ação fiscalizadora de observância das normas contidas na legislação ambiental.

Acompanhando a determinação da nova gestão, a estrutura da SEMA foi expandida qualitativamente e quantitativamente. Foram ampliados os quadros e níveis técnicos dos setores e criadas novas gerências, sendo que de ordem do prefeito foi realizada a contratação, inclusive de 01 fiscal, e remanejamento de técnicos dos mais

diversos níveis para compor a equipe multidisciplinar que desenvolverá nos próximos anos a gestão ambiental do município de Porto Velho.

A SEMA com fundamento legal possui quatro (04) Departamentos, são eles:

- Departamento de Gestão de Políticas Públicas Ambientais e Mudanças Climáticas (DGPA);
- Departamento de Fiscalização e Monitoramento (DFIS);
- Departamento de Licenciamento Ambiental (DELIC);
- Departamento de Proteção e Conservação Ambiental (DPCA).

O **RELATÓRIO TÉCNICO DE GESTÃO AMBIENTAL 2017** descreve de forma quantitativa e qualitativa, os resultados alcançados pelas políticas públicas governamentais do Município, demonstrando ainda que as atuações contribuíram de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida da população da capital rondoniense. Eminente e importante se faz salientar que o Planejamento Estratégico da instituição para o quadriênio 2017-2020 alinhou as ações, atividades e programas com as macro diretrizes de governo, e assim está ajudando a promover o desenvolvimento de serviços de qualidade para a sociedade.

O ano de 2017 se iniciou e foi marcado pela atualização da base jurisdicional ambiental do Município. Foi necessário disciplinar e adequar às diversas legislações vigentes para que se formatasse a base da gestão ambiental de forma eficaz e eficiente. Urge salientar que em mais de vinte anos de existência, poucos foram os alicerces jurídicos de sustentação utilizados e disciplinados para a gestão ambiental. A aproximação com a Procuradoria Geral do Município - PGM, através de subsídio técnico e profissional, marca o início de um novo tempo para o desenvolvimento de políticas estruturadas em instrumentos jurídicos sólidos e resolução de entraves que perduravam por décadas.

Nos últimos 6 anos, a gestão ambiental e em especial o licenciamento ambiental de Porto Velho passam por significativas mudanças devido a aprovação da Lei

Complementar Nº 140/2011, instituindo as competências do licenciamento ambiental no âmbito do SISNAMA e os preceitos para a descentralização do licenciamento ambiental.

A descentralização iniciou seu processo de consolidação a partir de agosto de 2015 e foi amplamente consolidada através de aprovação do Conselho Estadual de Política Ambiental (COMSEPA) em reunião realizada em abril de 2017. Com o processo de aprovação da descentralização do licenciamento ambiental pelo órgão gestor estadual do meio ambiente e a passagem de processos de impacto local para o município foi necessário proceder a regulamentação do licenciamento ambiental municipal para atender o recebimento das atribuições de acordo com a Resolução CONSEPA 07/2015 (atualizada para CONSEPA 09/2017).

O processo de regularização acarretou a criação da Lei Complementar 591/2015 que instituiu o Licenciamento Ambiental Simplificado, desburocratizando o licenciamento através da criação dos procedimentos intitulados: (1) Licenciamento Ambiental por Declaração – LAD, (2) Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS. A nova legislação também implantou as taxas de Licenciamento Ambiental, Monitoramento Ambiental e Certidão de Viabilidade Ambiental, antes regulamentadas por decreto.

Contudo, para adequação a LC 591/2015 foi realizada a revisão da Resolução COMDEMA 01/2013, sendo elaborada e aprovada pelo Conselho Municipal de Defesa Ambiental – COMDEMA a Resolução Nº 03/2015 e Nº 05/2015 que regulamentam o licenciamento ambiental, instituem os formulários para licenciamento ambiental e lista de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, seu porte (mínimo, pequeno, médio, grande e excepcional) e potencial poluidor (Baixo, Médio e Alto).

Chegado 2017, e passados aproximadamente dois anos de testes, verificou-se que muitos procedimentos não foram regulamentados, houve a necessidade de que as principais nuances de Resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), do CONSEPA, e ainda de vários Decretos dispersos fossem revistas, atualizadas e referendadas pelo executivo municipal. Esse processo ocorreu através da Lei 667 de 10 de julho de 2017, a qual acrescentou e alterou dispositivos na Lei

Complementar nº 138, de 28 de Dezembro de 2001, Código Municipal de Meio Ambiente, e do Decreto Nº 14.756 de 12 de setembro de 2017 que regulamenta o Banco de Dados Ambientais e estabelece requisitos, conceitos, critérios, diretrizes e procedimentos administrativos referentes ao licenciamento ambiental, a serem cumpridos no âmbito da SEMA.

A matéria trouxe a resolução para a urgente necessidade de revisão das regulamentações voltadas ao licenciamento e monitoramento ambiental, principalmente do licenciamento Ambiental por Declaração - LAD e Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS.

Neste escopo o ano de 2017 foi o marco regulatório para os processos de revisões das legislações e elaboração dos termos de referência de projetos ambientais a serem entregues como parte do processo de licenciamento ambiental, atendendo legislações federais e estaduais, ainda não regulamentadas no âmbito do município. Os principais instrumentos implantados e implementados pela atual gestão da SEMA neste ano foram:

• **Portaria GAB/SEMA Nº 1 de 23/01/2017** - “Estabelece os procedimentos para trâmite e expedição do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e Licenciamento Ambiental por Declaração - LAD no município de Porto Velho/RO e dá outras providências.”

Os empreendimentos em Porto Velho eram enquadrados para o Licenciamento Ambiental conforme a Resolução COMDEMA nº 03 de 21/09/2016, não contemplando a lista de documentos e projetos para obtenção das licenças, atribuindo a responsabilidades para regulamentação por portaria.

Os Licenciamentos Ambientais de Pequeno, Médio, Grande e Excepcional Porte possuem lista de documentos e projetos instituídos com os termos de referência de parte dos projetos ambientais regulamentados pela Portaria SEMA nº 08/2015, não apresentavam regulamentação para lista de documentação mínima e projetos para

obtenção das Licenças Ambiental por Declaração - LAD e Licença Ambiental Simplificada – LAS.

Como solução a essa pendência, foi elaborada a Portaria GAB/SEMA Nº 01/2017, sanando a insegurança para o processo de licenciamento de empreendimentos enquadrados como LAD ou LAS.

 **Portaria GAB/SEMA Nº 16 de 20/02/2017** - Regulamenta a emissão da Certidão de Viabilidade Ambiental no âmbito do município de Porto Velho/RO.

A Certidão de Viabilidade Ambiental – CVA teve regulamentada sua taxa pela Lei Complementar nº 591/2015. A autorização deve ser emitida para empreendimentos que possuam suas atividades no município, mas apresentam impactos que não são considerados como locais, ou seja, são de atribuição exclusiva do órgão estadual (SEDAM) ou federal (IBAMA) para o licenciamento ambiental, a exemplo: Exploração de manejo florestal, desdobramento de madeira, transporte intermunicipal ou interestadual.

A Portaria GAB/SEMA nº 16/2017 veio, como no caso da Portaria GAB/SEMA nº 01, para regulamentar a lista de documentos para a obtenção da CVA e como enquadrá-los para recolhimento de taxas.

 **Portaria GAB/SEMA Nº 34 DE 08/03/2017** - Regulamenta a solicitação de poda e supressão de espécies arbóreas no município de Porto Velho/RO e das outras providências.

A autorização de poda e supressão, instituído pelo Art. 159 da Lei Complementar 138/2001 e cobrança da compensação ambiental por supressão de árvores disciplinada pela Lei Complementar 591/2015, não possuía fluxo instituído para emissão da autorização, nem formulários aprovados para solicitação do mesmo.

Para sanar essa pendência, foi criado um Grupo de Trabalho para verificação do fluxo do processo de análise que vigorava para solicitação para autorização e poda em

campo para regularização das Autorizações, sendo publicada como resultado à Portaria GAB/SEMA nº 34/2017.

 **Portaria GAB/SEMA Nº 46 de 03/04/2016** - Cria o Cadastro Técnico de Prestadores de Serviços Ambientais na Cidade de Porto Velho – RO e dá outras providências.

Com o avanço na regulamentação e controle dos agentes que atuam na área ambiental no município, foi criada a Portaria GAB/SEMA nº 46 que estabelece o cadastro dos técnicos e empresas prestadoras de serviços ambientais na cidade de Porto Velho/RO.

A Implementação do cadastro pela Portaria serviu de fomento para consolidar o Banco de Dados Ambiental, instituído pelo Código Municipal de Meio Ambiente nos seus Art. 40, 41 e 42, sanando pendências que remontam há publicação do código em Dezembro de 2001.

 **Portaria GAB/SEMA Nº 57 de 17/04/2017** - Regulamenta a apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Serviço de Saúde no ato do licenciamento ambiental e dá outras providências.

Todos os empreendimentos que se enquadrarem no Art. 20 da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (Lei 12.305/2011), passam a ter obrigação de apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Visando a adequação dos processos e adequação a legislação federal foi elaborada e encaminhada para publicação a Portaria GAB/SEMA Nº 57/2017 que institui os termos de referência para apresentação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Simplificado – PGRS Simplificado, Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS e Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde Simplificado – PGRSS Simplificado e quais empreendimentos são obrigados a apresentar os projetos.

A regulamentação dos termos de referência veio a sanar uma solicitação pendente de regulamentação dos critérios para apresentação dos PGRS pelos consultores

ambientais que realizam licenciamento ambiental, junto a SEMA, melhorando o entendimento entre técnicos e consultores sobre os critérios para licenciamento ambiental.

• **RESOLUÇÃO COMDEMA nº 02/2017** – Estabelece os requisitos e critérios para apresentação do Relatório de Monitoramento Ambiental - RMA dos empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental no município de Porto Velho/RO e dá outras providências.

• Optou-se pela revogação completa dos instrumentos que existiam e reestabelecimento de nova norma regulatória, revisando o processo existente, tendo como foco a adequação da resolução as alterações necessárias para a realização do monitoramento, viabilizando a cobrança de taxa de monitoramento ambiental que não estava sendo arrecadada ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - FNMA.

• **RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 03//2017** que “Altera a Resolução COMDEMA Nº 03/2016 e dá outras providências. Além da adequação da resolução ao organograma da LC Nº 650/2017, foram implementadas as seguintes alterações:

- ✓ Alteração do fluxo do licenciamento ambiental para análise de PGRS, PGRCC e PGRS para empreendimentos enquadrados como LAD;
- ✓ Implementado da opção do licenciamento por sistema informatizado ON LINE; e
- ✓ Revisão do Anexo VI da Resolução COMDEMA 03/2017 que lista os empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental em Porto Velho, revisando a lista de empreendimentos de acordo com a numeração CNAE, atendendo a solicitação da Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER para adequação do Sistema Empresa Fácil.

• **MAPA ESTRATÉGICO DA SEMA** - O ano também foi marcado pela construção do Mapa Estratégico da SEMA. Através dos objetivos estratégicos alicerçados em uma identidade organizacional mais sistêmica, com missão, visão de futuro e valores, alinhados com a essência da organização, a Secretaria fortalecerá nos próximos anos suas

ações, visando garantir as condições necessárias para formulação e fortalecimento de políticas de gestão ambiental de qualidade.

• **CIDADE MAIS VERDE** - Foi lançado em 2017 um ousado Programa de Arborização Urbana e Rural intitulado Cidade Mais Verde. O objetivo principal é proporcionar a melhoria da estética, sombreamento, amortecimento de sons, diminuição da poluição sonora, proteção e direcionamento para os ventos, diminuição do impacto da água de chuva e escoamento superficial, diminuição da temperatura, absorção dos raios solares, melhoramento da qualidade do ar e combate ao desmatamento com a recuperação de áreas degradadas.



Programa Cidade Mais Verde

• **CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE (COMDEMA)** - Foi um ano de grande atuação do COMDEMA. O Conselho normatizou diversos temas, como observado durante a leitura deste Relatório, propiciando o desenvolvimento sustentável da Cidade de Porto Velho.

1 - Planejamento Estratégico - Missão, Visão e Valores



**Vista Noturna do Palácio Tancredo Neves
Sede Administrativa de Porto Velho**

O município de Porto Velho possui riquezas naturais incomensuráveis, tornando-se fundamental estruturar políticas públicas que venham valorizar e viabilizar o seu uso sustentável. São mais de 34 mil quilômetros quadrados de terras férteis, com extensa malha de rios, riachos e igarapés, com uma vocação natural para o agronegócio e a logística.

Com a gestão do Prefeito Hildon Chaves, 2017-2020, o Município assumiu o compromisso de se tornar um **hub** de produção e distribuição de alimentos. Transformar o maior desafio econômico na maior oportunidade, possibilitando transpor décadas de atraso, através da eliminação dos surtos econômicos destrutivos que historicamente abalam o crescimento sustentável das grandes cidades.

Tem-se como visão para o futuro preparar Porto Velho para chegar ao ano de 2030 como um dos principais postos portuários e logísticos de produção e distribuição de

alimentos da Região Norte e a mais importante ligação rodoviária com o Peru, Bolívia e Colômbia.

Nesta perspectiva o planejamento municipal visa a criação e execução do Programa Porto Velho 2030 para pensar e planejar a cidade, antecipando soluções para problemas urbanos decorrentes do crescimento desordenado, e possibilitando a construção de uma cidade humanizada, urbanizada e limpa.

Desta forma, foi definido como prioridade investir no ordenamento territorial ambientalmente sustentável, regularização ambiental fundiária, incentivos à produção sustentável, pagamento por serviços ambientais, e desenvolvimento de políticas socioeconômicas e ambientais.

Com o advento da Lei Complementar nº 650/2017, a qual dá nova redação, acrescenta e altera dispositivos da Lei complementar nº 648/2017 e dá outras providências, a nova gestão que assumiu a secretaria a partir de janeiro de 2017, optou por realizar uma reestruturação da instituição visando torná-la moderna, transparente e efetiva. Nesse sentido, foi elaborado o Planejamento Estratégico 2017-2020 da SEMA, o qual foi realizado na sede do Parque Natural Municipal de Porto Velho.

O Planejamento Estratégico é uma grande oportunidade para construir, rever ou desenvolver a leitura da realidade de uma instituição, pois seu documento final tem como característica ser crítico, coerente, completo, sistemática e compreensível, devendo ainda gerar confiança, segurança e clareza ao papel que o órgão quer assumir para o desenvolvimento de suas atividades junto a sociedade.

A maioria das instituições adota o Planejamento Estratégico a fim de implantar um alto grau de organização, direcionamento e controle; maximizar seus objetivos; minimizar suas deficiências e proporcionar a eficiência.

O fulcro principal do Planejamento Estratégico foi o de alinhar as ações de Meio Ambiente com as macro-diretrizes delineadas pelo Prefeito e apresentadas pelas demais secretarias municipais, e assim promover o desenvolvimento de serviços públicos de qualidade para a sociedade portovelhense.

O Planejamento foi elaborado em duas etapas. Na primeira, foi realizada uma oficina de trabalho, onde o *Staff* da SEMA esteve reunido de forma concentrada durante três dias para construir o mapa estratégico e proposta inicial da carteira de programas e projetos. O mapa estratégico foi constituído da declaração de missão e visão de futuro, identificação dos valores institucionais, e definição dos objetivos estratégicos.

Na segunda etapa, os programas e projetos estratégicos foram ajustados e detalhados, a luz do alinhamento com a matriz de financiamento da instituição, visando criar uma carteira de programas e projetos sólida e viável.

A Prefeitura do Município de Porto Velho, através da SEMA, tem como objetivo estabelecer um plano político com balizas institucionais e posicionamento frente a Agenda Ambiental do município. Para isso, utilizará na SEMA, a adoção do *New Public Management – NPM* ou Nova Gestão Pública - NGP, conceito e metodologia adotados por Países e Estados de Primeiro Mundo e Emergentes, isto é, Organizações que pensam estrategicamente seus Programas, Projeto e Ações a curto, médio e longo prazo.

Esse balizamento deverá integrar o portfólio de Projetos, Programas e Ações Prioritárias do Município constituindo a pauta das agendas locais de debates visando à implantação de uma política ambiental efetiva que possa gerar, mais rapidamente, resultados de melhor qualidade, adotando processos mais céleres e modernos de resolutividade das demandas sendo capaz de gerar mudanças estruturais, de pensamento e de indicadores.

As diretrizes do Plano Municipal de Governo foram galgadas inicialmente em doze (12) eixos estratégicos. São eles:

1º Porto Velho 2030

- Criar o Programa Porto Velho 2030 para pensar e planejar a cidade que queremos, antecipando soluções para problemas urbanos decorrentes do crescimento desordenado, e possibilitar a construção de uma cidade humanizada, urbanizada e limpa.

- A Prefeitura mobilizará a sociedade civil organizada, em especial engenheiros, arquitetos e urbanistas, para criar um grupo de trabalho especial para conceber e implantar o Programa Porto Velho 2030.

2º Mobilidade Urbana

- Implantar um programa de asfaltamento com implantação de infraestrutura de passeios públicos e arborização;
- Implantar abrigos de ônibus robustos, amplos, cobertos, com assentos e painel digital com informações sobre linhas, trajetos, geolocalização dos ônibus e tempo estimado de espera;
- Implantar sistema de engenharia de tráfego para definir com base técnica as melhores soluções para circulação e escoamento do trânsito na malha urbana considerando, inclusive, com a possibilidade da implantação de serviço de transporte coletivo alternativo.

3º Saneamento

- Implantar completa infraestrutura de saneamento básico através de uma PPP Parceria Público-Privada, com as seguintes prioridades em 4 anos;
- Construir rede de abastecimento de água em 100% da cidade;
- Construir rede de coleta e tratamento de esgoto em 80% da cidade, com drenagem e manejo de águas pluviais; implantar programa intensivo de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

4º Saúde

Implantar e fortalecer a integração operacional das redes de atendimento de saúde (UPA, UBS, USF e Postos de Saúde) com as seguintes prioridades:

- Implantar maciçamente oferta de atendimento ambulatorial 24 horas;
- Criar sistema de marcação de consultas por 0800 e PRESENCIAL;

- Integrar a rede municipal de saúde com a rede estadual, em especial a POC – Policlínica Oswaldo Cruz e os serviços de pronto Socorro e internação hospitalar do governo do estado.

5º Desenvolvimento Econômico

Implantar um programa de competitividade sistêmica e desenvolvimento econômico regional em quatro frentes:

- Criar políticas institucionais e incrementais de estímulo ao desenvolvimento econômico e à inovação tecnológica;
- Implementar mudanças no ambiente regulatório e de infraestrutura urbana para a atração e implantação de novas empresas;
- Criar a Central de Abastecimento de Rondônia.
- Criar a Agência de Desenvolvimento Econômico de Porto Velho.

6º Agricultura

Implantar amplo programa de produção agrícola com compra garantida para fornecimento para a Central de Abastecimento, com as seguintes prioridades:

- Criar cooperativas de produção de alimentos de mesa e centros de seleção e classificação nos distritos e comunidades do Baixo, Médio e Alto Madeira, para fornecimento à Central de Abastecimento;
- Criar o Cinturão Verde de Porto Velho priorizando a produção de alimentos de mesa;
- Criar um Novo Mercado Municipal de Porto Velho, rede de sacolões e varejões e redimensionar a operação das feiras livres.

7º Infraestrutura

Implantar amplo programa de construção de infraestruturas públicas com as seguintes prioridades:

- Concretizar a Regularização Fundiária de Porto Velho como prioridade social e econômica;
- Realizar ampla gentrificação da orla urbana de Porto Velho;
- Implantar um programa de criação, recuperação e revitalização de praças, áreas verdes e passeios públicos;
- Criar a Lei da Cidade Limpa: acabar com a poluição visual através da regularização de fachadas comerciais e placas de publicidade, e melhorar a gestão dos espaços com a supremacia do bem-estar comum.

8º Educação

Implantar mudanças estruturais na educação do município, com as seguintes prioridades:

- Primeiro, atingir a meta do IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, depois ultrapassá-la até 2020.
- Melhorar o serviço de alimentação/nutrição em toda a rede de ensino municipal e incluir serviço básico de saúde à criança e adolescente;
- Melhorar o desempenho da rede de ensino fundamental com foco em orientação profissional para os alunos do Ensino Fundamental II, preparando-os de modo consistente para o ensino médio ou a busca do ensino profissionalizante ou técnico.

9º Gestão Pública

Criar a Escola de Governo como estrutura estratégica para a melhoria acelerada da qualidade da gestão municipal e de atendimento ao cidadão, com importante redução de processos, procedimentos e custos, em três frentes:

- Criar o Centro de Formação e Treinamento de Servidores Públicos Municipais;
- Criar o Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública Municipal;
- Criar o Centro de Pesquisas e Estatísticas Econômicas e Sociais do Município.

10º Turismo

O turismo é uma indústria limpa e que sempre gera novos negócios e postos de trabalho. Nesse sentido, vamos desenvolver três iniciativas de alto impacto social, econômico e urbano:

- Criar o Centro do Turismo de Porto Velho na Estação Ferroviária Madeira-Mamoré, com implantação de passeio ferroviário;
- Implantar o Mirante do Madeira ao lado da EFMM, com infraestrutura para restaurantes, lanchonetes, passeios e observação;
- Criar o píer flutuante modular com amplo ancoradouro e serviços turísticos profissionais de passeio por barco, pesca esportiva e de competição;
- Transformar a localidade da histórica Igreja de Santo Antônio, em um centro de cultura e lazer, com restaurantes, lanchonetes, mirante e realizar a pavimentação da estrada de acesso.

11º Secretaria Distrital

Implantar a Secretaria Municipal de Distritos, que terá as seguintes prioridades:

- Levar todos os serviços públicos da prefeitura para os distritos, através da criação da Secretaria Distrital com responsabilidade pela atenção e cuidados com cada distrito do município de Porto Velho;
- Implantar patrulhas mecanizadas sediadas/fixadas nos distritos para atender às demandas de imediato;
- Potencializar e alavancar as capacidades econômicas dos distritos.

12º Secretaria da Família

Implantar a Secretaria Municipal da Família, que terá as seguintes prioridades:

- Unificar e coordenar os programas sociais de forma a torna-los mais eficazes e de fato atender à parcela da população com necessidades;

- Potencializar as ações da prefeitura orientadas para o bem-estar da população nas dimensões social, econômica e emocional, fortalecendo os laços de família, de comunidades e grupos sociais organizados;
- Resgatar e propugnar pela valorização e proteção dos valores éticos da sociedade e da família.

1.1 – Oficina do Planejamento Estratégico

A abertura da oficina contou com a participação do Prefeito Hildon Chaves que corroborou em seu discurso a importância da valorização dos servidores do quadro próprio da prefeitura em cargos de comando na administração municipal.

O prefeito chamou a atenção dos servidores para os “muitos problemas ambientais de Porto Velho”, citando como um dos principais a ocupação de áreas de preservação permanente (APPs) às margens de canais e pequenos igarapés.

Na ocasião Dr. Hildon também fez a entrega de homenagens aos servidores que trabalham na arborização urbana de Porto Velho.



Prefeito Hildon Chaves prestigia Planejamento Estratégico.



Presença Maciça dos Servidores da SEMA no planejamento.

O Planejamento Estratégico foi idealizado e desenvolvido com metodologias e práticas, dinâmicas e participativas, apropriadas a natureza do serviço público, e integradas às demais matrizes e estruturas de planejamento de governo, embasado em uma avaliação criteriosa de contexto e análise estratégica dos cenários, a formulação da identidade organizacional e a construção da Carteira de Programas e Projetos Estratégicos da Instituição.

O método principal utilizado foi o do Planejamento Estratégico Situacional - PES, proposto por Carlos Matus, tendo em vista ser considerado o mais adequado à gestão pública. O método pode ser definido como um instrumento teórico com metodologia prática, que busca tratar dos problemas de transformação social e deve ser aplicado de forma sistemática e com rigor no acompanhamento das ações pré-definidas.

Planejamento é processo técnico (requer conhecimento) e político (requer mobilização de vontades)	Não existe dicotomia entre pensar e agir , ou seja: não existem pessoas especializadas em executar o que os outros pensam.
Planejamento é reflexão e ação logo todos os que executam participam do planejamento	O esforço de planejamento tem que considerar a relação ação resultado em curto, médio e longo prazos.

PES

O PES deve considerar os agentes que atuam por vezes em cooperação ou em conflito e a essencial necessidade do governo de planejar suas ações. O planejamento é o cálculo que a precede e preside, então planeja quem governa, porque o governante faz o cálculo de última instância, e governa quem planeja, porque governar é conduzir com direção a fim de superar o imediatismo de mera conjuntura.

Com a implementação do Planejamento Estratégico espera-se alavancar os resultados desejados com o alcance de objetivos estratégicos bem definidos, alicerçados em uma identidade organizacional inovadora e sistêmica, com missão, visão de futuro e valores, alinhados com a essência da organização.



Construção das bases do planejamento estratégico.

Nesse contexto, espera-se também fortalecer as ações de elaboração e projetos e captação de recursos, visando garantir as condições necessárias para formulação e implementação de políticas de gestão ambiental de qualidade.

A metodologia utilizada consistiu em dividir os servidores em grupos. Os facilitadores contaram os servidores participantes, os quais primeiramente foram identificados por números e depois agrupados em cores.

Grupo Amarelo



Grupo Azul



Grupo Rosa



Grupo Branco



Grupo Verde



Pequena Cachoeira do Parque Natural.

Após a divisão dos grupos foi iniciada uma gincana que teve como primeira atividade a busca pelo conhecimento interno. A missão consistiu em percorrer as trilhas do Parque Natural em busca de decifrar um enigma baseado no poema de Manoel Barros.

“Liberdade caça jeito, até correr na pedra.”

Ao retornar todos os grupos apresentaram suas observações quanto às trilhas do parque, a natureza, a biodiversidade, a necessidade de maior proteção e cuidado especial com o meio ambiente.

O objetivo da atividade foi atingido. Conhecer aquilo que você defende no dia a dia de trabalho. Os grupos apresentaram as fotos da pequena queda d'água existente no Parque Natural, onde a água vence a rocha. Detectaram o tesouro, o qual foi elencado como prioridade de atuação para a gestão.

Em seguida cada servidor descreveu em uma tira de cartolina sua expectativa com relação ao planejamento e com um pregador pendurou a cartolina no varal de barbante. Cada participante registrou suas expectativas em tarjetas, sendo que os mediadores informaram que as mesmas seriam avaliadas ao término do planejamento, sendo referendadas quanto ao alcance dos resultados e definidas como valores da gestão.



Varal de Expectativas.

Dando continuidade, foi iniciada a aplicação do método **SWOT**, sigla que significa Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças), a fim de realizar uma análise de contexto, em que são identificados no ambiente interno, os pontos fracos (fraquezas) e fortes (fortalezas), e no ambiente externo as ameaças e oportunidades.



Cada grupo identificou, durante o tempo estabelecido, o máximo possível de aspectos para cada item da análise SWOT, transcreveu e apresentou suas ideias.

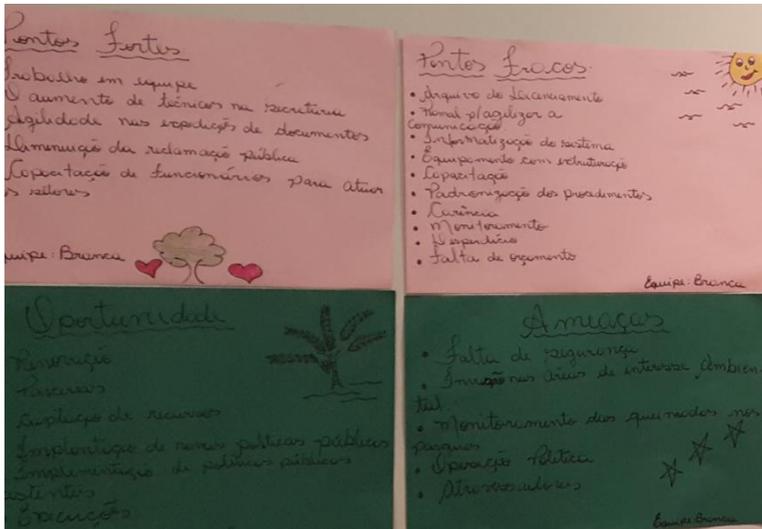


SWOT - Trabalho em grupo.

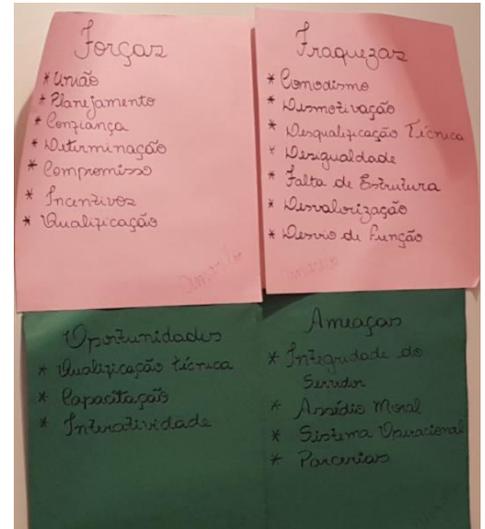


Apresentação dos dados consolidados do SWOT.

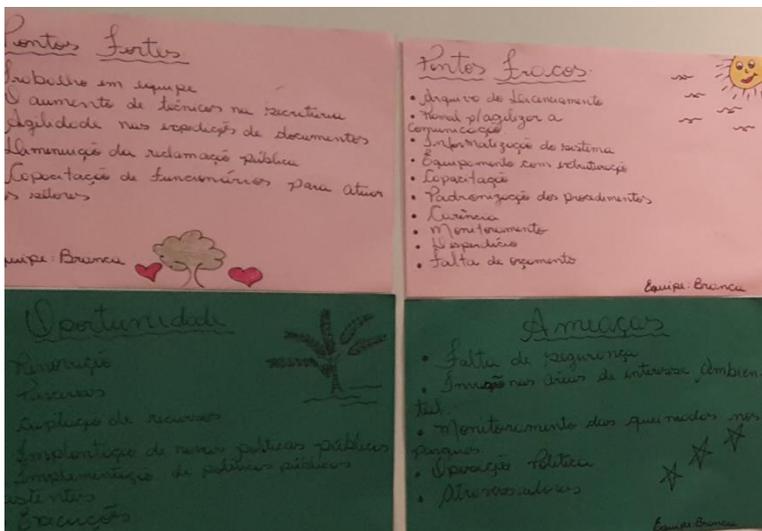
Os resultados por grupo são apresentados nas imagens a seguir.



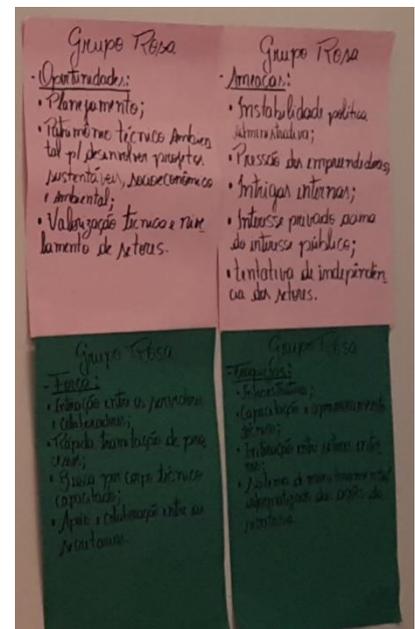
Análise SWOT do Grupo Branco.



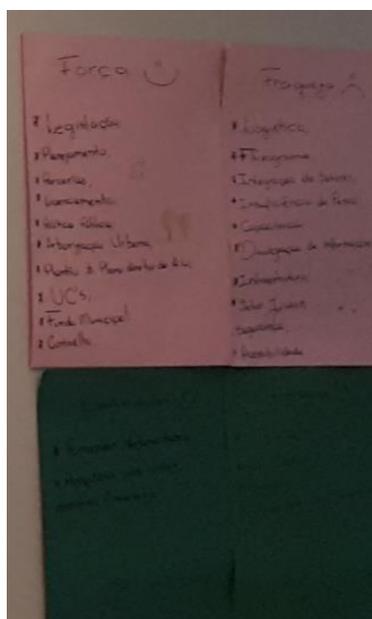
Análise SWOT do Grupo Amarelo.



Análise SWOT do Grupo Azul.



Análise SWOT do Grupo Rosa.



Análise SWOT do Grupo Verde.

Os mediadores, Secretário Robson Damasceno e Assessora Ambiental Geina Piza, utilizando técnicas de filtragem e síntese, discutindo/questionando item a item, realizaram com a plenária a consolidação da Análise Estratégica, onde foi possível enxergar como se encontra atualmente a instituição e as possibilidades que estão surgindo para o seu desenvolvimento.

Os efeitos primeiramente serão apresentados na forma dos problemas que a gestão deverá superar. Como resultado esperado pela implantação da metodologia, tem-se uma melhor integração de todo corpo operacional no âmbito da gestão ambiental do Município de Porto Velho, atendendo, através dos setores administrativos (atividade meio), às necessidades prementes dos departamentos e setores (atividade fim) da SEMA.

Espera-se assim, um maior alinhamento das políticas públicas aos objetivos estratégicos, com aumento da eficiência na implementação das ações, com ganhos na capacidade de gestão, redução de custos e prazos, possibilitando melhores ofertas de serviços públicos ao cidadão e garantindo a melhora na qualidade de vida ambiental da cidade.

MATRIZ DE ANÁLISE ORGANIZACIONAL DE PROBLEMAS
<u>Gestão Organizacional</u>
Problema 1 - Fragilidade institucional.
Problema 2 – Falta de Capacitação para agentes e técnicos da Gestão Ambiental.
<u>Planejamento Territorial</u>

Problema 1 - Baixa qualidade técnica dos agentes e técnicos envolvidos no processo.

Problema 2 – Planejamento territorial defasado.

Articulação Institucional

Problema 1 - Falta de integração institucional entre os Órgãos.

Problema 2 – Falta de mediação na gestão de conflitos.

Legislação Ambiental

Problema 1 - Falta de divulgação junto aos técnicos, agentes econômicos e a sociedade.

Problema 2 – Legislação ambiental dispersa e desatualizada.

Monitoramento Ambiental

Problema 1 - Falta de pessoal e de qualificação para atuação no monitoramento.

Problema 2 – Faltam instrumentos técnicos e Metodologia para monitorar os recursos naturais – água, solo, floresta, fauna, ar – em base técnica e científica.

Licenciamento Ambiental

Problema 1 - Morosidade na análise, demora para aprovação das licenças e falta de monitoramento das atividades licenciadas.

Problema 2 – Falta de Sistema Informatizado para Licenciamento Ambiental.

Fiscalização Ambiental

Problema 1 - Falta de sistematização dos procedimentos de fiscalização ambiental (Norma).

Problema 2 – Resultados inócuos.

Gestão de Recursos Hídricos

Problema 1 - Falta de monitoramento das bacias hidrográficas municipais.

Problema 2 – Inexistência do Plano Municipal para Recursos Hídricos.

Gestão de Recursos Sólidos

Problema 1 - Falta da Política municipal de resíduos sólidos.

Problema 2 – Inexistência de instrumentos técnicos para atuar na gestão de resíduos sólidos.

Gestão de Unidades de Conservação

Problema 1 - Falta de Pessoal para atuar nas UCs.

Problema 2 – Falta de controle sobre a(s) UCs (Gestão).

Outros Problemas

Problema 1 - Pouca participação dos Conselheiros Municipais de Meio Ambiente, a maioria só atua em reuniões.

Problema 2 – Fragilidade institucional e politização do controle ambiental.

Problema 3 - Nenhuma divulgação das consequências dos impactos ambientais para a economia Municipal.

Problema 4 - Inexistência de uma política de Gestão Ambiental Integrada.

Problema 5 - Diminutos recursos humanos e financeiros.

Problema 6 - Estrutura física obsoleta: falta de um prédio próprio e mínimo material

para funcionamento.
Problema 7 - Infraestrutura tecnológica e de transportes mínima e deficitária.
Problema 8 - Máquina administrativa completamente deteriorada.
Problema 9. Servidores desmotivados e em alta rotatividade.
Problema 10. Falta de uma política de valorização profissional.

Tabela 01 - Matriz de Análise Organizacional de Problemas.

Importa salientar que o Planejamento Estratégico Situacional, adotado pela SEMA, é um método e uma teoria de Planejamento Estratégico Público. Seus temas são os problemas públicos aplicáveis a qualquer órgão cujo centro do jogo não seja exclusivamente o mercado, mas o jogo político, econômico e social.

Na metodologia do PES, ao invés de setores é desenvolvida a abordagem de se processar problemas. Os problemas reais cruzam os setores e têm atores que se beneficiam ou são prejudicados por eles.

Outro ganho adicional diz respeito a permitir uma participação cidadã, portanto uma componente democrática à reflexão em torno de problemas, contribuição impossível na tradicional abordagem por setores.



União dos servidores fará a diferença na gestão.

O Planejamento Estratégico é uma grande oportunidade para construir, rever ou desenvolver a leitura da realidade de uma instituição, pois seu documento final tem como característica ser crítico, coerente, completo, sistemática e compreensível, devendo ainda gerar confiança, segurança e clareza ao papel que o órgão quer assumir para o desenvolvimento de suas atividades junto a sociedade.

A maioria das instituições adota o Planejamento Estratégico a fim de implantar um alto grau de organização, direcionamento e controle; maximizar seus objetivos; minimizar suas deficiências e proporcionar a eficiência.

Para a SEMA, o processo de planejamento e coordenação estratégica tornou-se imprescindível à modernização, desenvolvimento e estruturação, pois permeia a exigência de resultados efetivos para implementação das políticas setoriais que devem nortear a questão da agenda ambiental municipal pelos próximos dez (10) anos.

Em virtude dessas considerações passou-se a construção do Mapa Estratégico da Secretaria onde os grupos apresentaram individualmente as suas considerações para a Missão e Visão de futuro.

Cumprir examinar neste passo que não se encontra nos arquivos da Secretaria, mesmo passados 15 anos de sua criação, a existência da Missão e de Visão de Futuro. Os grupos apresentaram então as seguintes contribuições para MISSÃO e VISÃO:

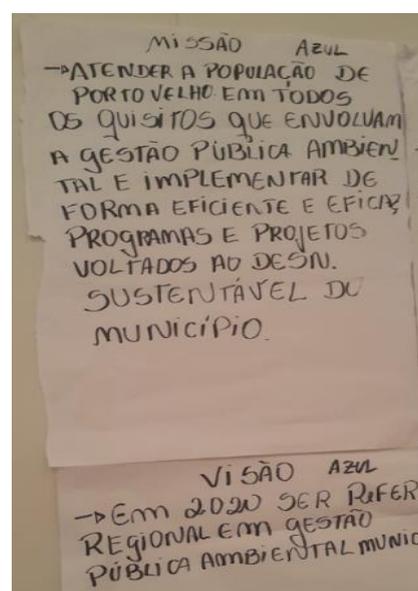
GRUPO AZUL

MISSÃO

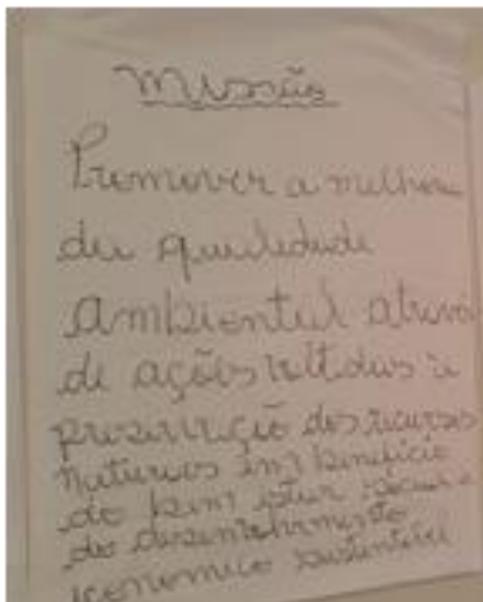
Atender a População de Porto Velho em todos os quesitos que envolvam a gestão Pública Ambiental e implementar de forma eficiente e eficaz programas e projetos voltados ao Desenvolvimento Sustentável do Município.

VISÃO

Em 2020, ser referencia regional em gestão pública ambiental municipal.



GRUPO BRANCO

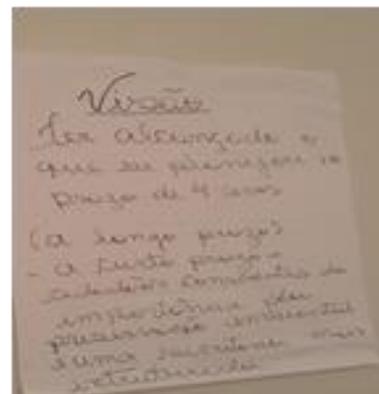


MISSÃO

Promover a melhoria da qualidade ambiental através de ações voltadas à Preservação dos Recursos Naturais em benefício do bem estar social do desenvolvimento econômico sustentável.

VISÃO

Ter alcançado o que se planejou no prazo de 4 anos (a longo prazo) (a curto prazo) cidadãos conscientes da importância da preservação ambiental e uma secretaria mais estruturada.



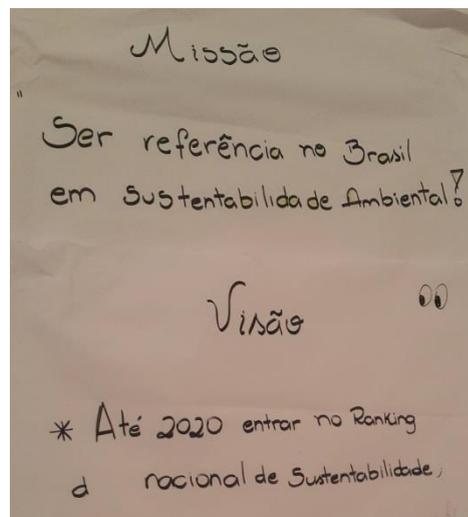
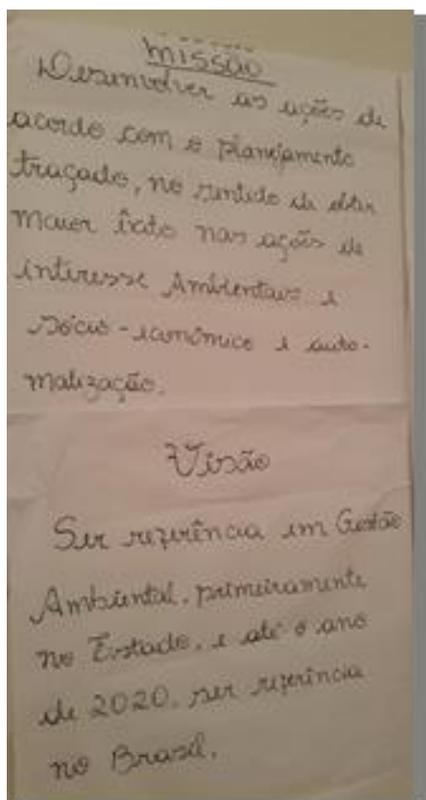
GRUPO VERDE

MISSÃO

Ser referência no Brasil em Sustentabilidade Ambiental.

VISÃO

Até 2020, entrar no Ranking Nacional de Sustentabilidade.



GRUPO AMARELO

MISSÃO

Desenvolver as ações de acordo com o planejamento traçado, no sentido de obter maior êxito nas ações de interesse ambiental e sócio econômico e automatização.

VISÃO

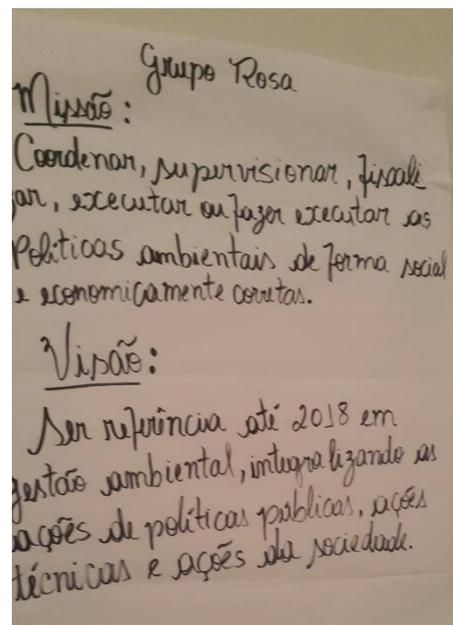
Ser referência em gestão ambiental, principalmente no Estado, e até o ano de 2020, ser referência no Brasil.

MISSÃO

Coordenar, supervisionar, fiscalizar, executar ou fazer executar as políticas ambientais de forma social e economicamente corretas.

VISÃO

Ser referência até 2018 em gestão ambiental, integrando as ações de políticas públicas, ações técnicas e ações da sociedade.



Após o debate entre os servidores foi realizada a validação, através de sistema de votação para aprovação, de forma que a identidade organizacional da SEMA para o quadriênio 2017 – 2020, está representada pelo conjunto formado por sua missão, visão de futuro e seus valores.



Validação do Mapa Estratégico – Votação e aprovação dos servidores

Missão da SEMA

Promover a Gestão Pública Ambiental com eficiência e efetividade, implantando e implementando ações, projetos e programas com vistas ao fortalecimento da Qualidade Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Município.

Visão da SEMA

Em 2020, ser Referência na região norte em Gestão Pública Ambiental.

Os valores foram elencados através da votação entre os servidores das características que foram apresentadas no varal. As cinco principais expectativas para o crescimento da SEMA foram referendadas como seus valores, são elas:

Valores da SEMA

- 1 – Respeito;**
- 2 – Companheirismo;**
- 3 – Ética;**
- 4 – Valorização dos Servidores;**
- 5 – Compromisso.**

Os objetivos estratégicos são os desafios principais a serem perseguidos e que formarão um conjunto de resultados. Tais resultados são o que a Administração Pública ensejará alcançar. Buscam sanear perguntas problematizadoras, tais como **“quais são as estratégias a serem utilizadas? Como estão os ambientes interno e externo?”**

Nesta concepção, devem levar em consideração a resolução a curto, médio e longo prazos da problemática identificada pelos atores da Secretaria. À luz das informações contidas, tem-se como objetivos estratégicos – validados e aprovados pelos servidores da SEMA – que a gestão ambiental municipal atuará segundo os seguintes eixos:

- **Elevar a Qualidade do Serviço;**
- **Promover o Desenvolvimento Sustentável;**
- **Promover a Qualidade Ambiental;**
- **Implementar e Desenvolver a Gestão das Áreas Protegidas;**

A consolidação do Mapa Estratégico da SEMA, apresenta-se segundo a figura a seguir:



Para alcançar a visão de “ser referência na Região Norte em gestão Pública Ambiental”, é imprescindível que a Prefeitura do Município de Porto Velho avance no movimento de renovar e inovar o funcionamento da Administração Pública. Para tanto, é necessário “**Elevar a Qualidade dos Serviços**” mediante execução de um programa meio

com a adoção de políticas de qualidade e iniciativas inovadoras que se convertam na melhoria da infraestrutura pública, na valorização do servidor e, principalmente, na ampliação do acesso e melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Este programa também deverá prever a Redefinição de processos, rotinas, diagnósticos e análises de cenários organizacionais, tudo em vista da modernização institucional e da implementação de uma política de desenvolvimento sustentada, com forte base social, econômica e ambiental.

Consubstanciando a democratização do acesso à informação e dinamização da prestação de serviços públicos com foco na eficiência, transparência e efetividade das funções públicas municipais, através da utilização de modernas tecnologias de informação e comunicação.

Os Componentes Finalísticos (Programas Fins) estão especificados a seguir, tratando-se de **“Promover o Desenvolvimento Sustentável – Promover a Qualidade Ambiental – Implementar e Desenvolver a Gestão das Áreas Protegidas”**.

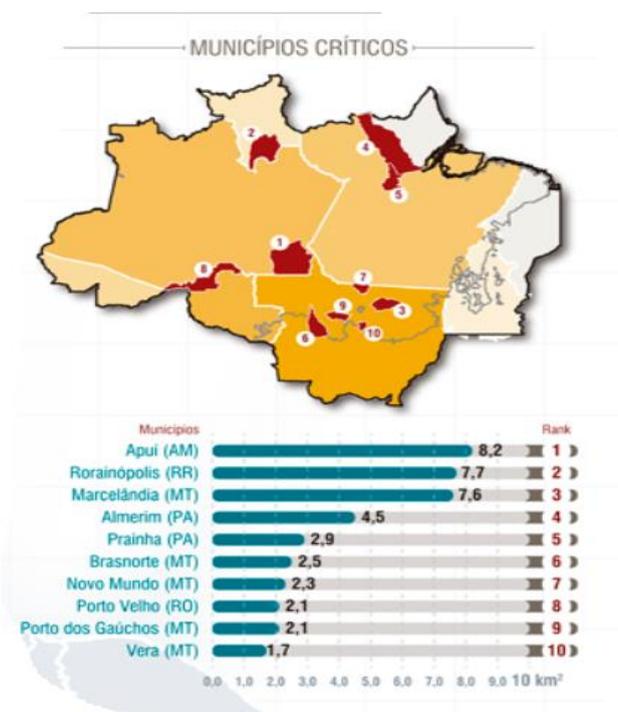
Esses compromissos, dentre outros, integram o portfólio de Projetos, Programas e Ações Prioritárias da SEMA constituindo a pauta das agendas locais de debates visando à implantação de uma política ambiental: **1) efetiva** - que possa gerar resultados de melhor qualidade e mais rápidos; **2) eficaz** – adotando processos mais céleres e modernos de resolutividade das demandas; e **3) eficiente** – capaz de gerar mudanças estruturais, de pensamento e de indicadores.

Porto Velho apresenta, nos últimos anos, crescimento econômico acima da média de várias capitais brasileiras, ocupando posição de destaque na Região Norte. Entretanto, estudos apontam que o Município sofre com uma elevada degradação socioambiental, com consequências para os ecossistemas da região, para a área urbana, gerando pobreza, conflitos sociais e aumento da morbidade e mortalidade.

“Promover o Desenvolvimento Sustentável” expressa o compromisso do poder público em aproveitar o crescimento econômico dos últimos anos para promover melhorias duradouras em termos de bem-estar social, ambiental e econômico. Investindo

em melhores condições para a população através da garantia de direitos, tais como o Meio Ambiente equilibrado.

Neste escopo o Programa visa a defesa da sustentabilidade dos recursos ambientais do município, através da busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social, alicerçado a elevação da qualidade de vida.



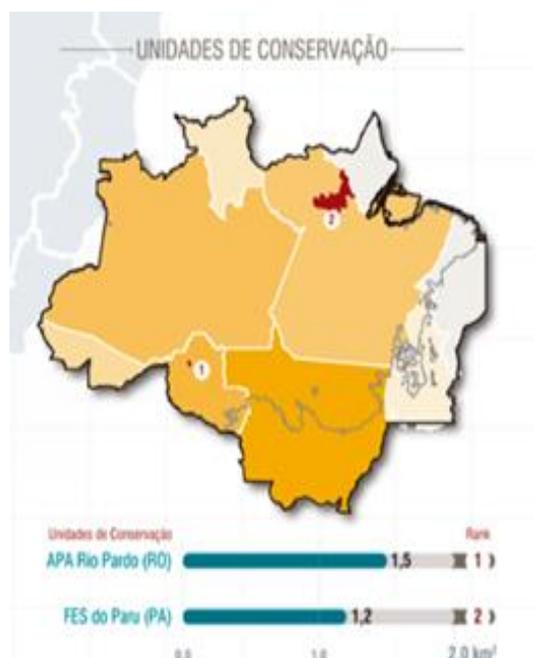
Municípios Críticos em Desmatamento.

Fonte: IMAZON – 2017.

Uma das principais causas do desmatamento é a atividade pecuária, que tem relevante importância na economia local, mas sua expansão exercida sem orientação tem sido um dos agravantes para a degradação ambiental, limitando áreas de produção e reduzindo a biodiversidade.

O Desenvolvimento Sustentável tem o

Levantamento feito pela ONG IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) no Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal de Dezembro de 2016, aponta Porto Velho entre os dez primeiros municípios que mais desmatam na Amazônia.



Distrito de Rio Pardo com a UC com desmatamento. Fonte: IMAZON – 2017.

propósito administrar o uso dos recursos ambientais, com a finalidade de assegurar a sua produtividade e o desenvolvimento econômico social.

Contribuir com o ordenamento territorial (Zoneamento Socioeconômico Ambiental do Município de Porto Velho) com vistas à melhoria das condições de vida e produção econômica, considerando principalmente a eficiência e a qualidade ambiental.

Necessidade de Promover ações e práticas educativas destinadas a sensibilização da coletividade sobre questões ambientais, sua mobilização e participação na defesa do Desenvolvimento Ambiental Sustentável.

A meta para o programa é retirar Porto Velho dos primeiros lugares em desmatamento, ou ainda dos últimos em sustentabilidade conforme índice do ranking competitividade.

O Programa “**Promover a Qualidade Ambiental**” visa instituir por meio de ações preventivas e normativas de controle os parâmetros municipais para a qualidade ambiental, levando em consideração os meios sólido, hídrico e ar. Pertinente é mencionar, nesse escopo a necessidade de ações voltadas ao aproveitamento econômico sustentado dos recursos naturais, compatíveis com as características amazônicas, e que interfiram no avanço de impactos socioambientais negativos.

Monitorar e proceder a normatização dos padrões de qualidade para os resíduos sólidos, os recursos hídricos e para qualidade do ar, propiciando o desenvolvimento de políticas públicas de curto, médio e longo prazos que levem ao desenvolvimento social, ambiental e econômico.

O Programa também visa a necessidade de intensificar a redução da degradação ambiental, em especial do desmatamento ilegal e, através da execução de ações voltadas para fiscalização, controle ou monitoramento das atividades potencialmente poluidoras ao meio ambiente (Licenciamento e Fiscalização Ambiental), dessa forma promovendo o Controle dos empreendimentos poluidores e potencialmente poluidores.

A meta principal para o Programa é o Estabelecimento das Políticas Públicas de Resíduos Sólidos, Recursos Hídricos e Qualidade do ar.

Em última análise, mas não menos importante, tem-se o Programa **“Implementar e Desenvolver a Gestão das Áreas Protegidas”**. O Programa visa promover a gestão e desenvolvimento das Áreas Protegidas, em especial das Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP's) Municipais que são os espaços criados para atender aos objetivos da conservação e preservação da natureza, protegendo a biodiversidade, os recursos hídricos e garantindo a qualidade de vida da população.

São objetos do programa: Proteção das APP's, a Criação e/ou Ampliação e Regularização das Unidades de Conservação; Elaboração e revisão de planos de manejo; Criação e Fortalecimento dos conselhos gestores das UCs e de instrumentos de planejamento para gestão plena; Formação, qualificação e capacitação de recursos humanos; Operacionalização e Manutenção das UCs; Gestão de programas de manejo das UCs; Ampliação e Regularização da situação das terras de todas as Unidades de Conservação.

É necessário também que o Programa possa proporcionar condições a gestão participativa das comunidades na Gestão da Unidade de Conservação; Promover a capacitação de pessoal para trabalhar em Unidades de Conservação nas diferentes atividades.

A produção e doação de mudas no Viveiro Municipal e o plantio urbano e rural fazem parte deste Programa.

A meta para o programa é a melhora na gestão das UC's e áreas Verdes Municipais com a consequente proteção e manutenção de suas características.

2 - Departamento de Fiscalização e Monitoramento - DFIS

2.1 – Nossas Competências

Compete ao Departamento de Fiscalização e Monitoramento – DFIS, participar na formulação de políticas e diretrizes municipais de proteção ambiental, avaliando, de forma sistemática, as denúncias sobre empreendimentos, atividades, ações ou omissões nocivas ao meio ambiente.

2.2 – Descrição de Atividades

O município de Porto Velho tem se tornado centro de interesses estratégicos que movem a política e a economia regional, visando a utilização dos recursos hídricos, minerais, fundiários, genéticos, energéticos, a produção de biocombustíveis e alimentos.

Urge mencionar que a intensa exploração predatória - praticada nas últimas duas décadas - culminou em grande perda de recursos naturais na capital rondoniense. Dessa forma a atividade desempenhada pelo DFIS tem o objetivo de alçar proteção aos recursos naturais, com foco no combate à exploração irregular da biodiversidade, combate às queimadas e danos as Unidades de Conservação Municipais.

Neste sentido, o Município apresenta-se vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre o seu território, pois se apresenta consciente da necessidade de um novo paradigma para a região, construído através de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de implementar a utilização do inestimável capital natural sem destruí-lo.

2.2.1 – Logística

A estrutura do Departamento apresenta-se conforme preceituasse a seguir, insta observar que houve importante mudança localizada principalmente no setor administrativo, onde, segundo dados do Relatório 2015, era composto por 02(dois) estagiários remunerados e 01 (hum) assistente administrativo, agora passando a apresentar 04 (quatro) assistentes administrativos, sendo obrigatoriamente 02(dois) do quadro de servidores da SEMA para que haja a continuidade e a guarda do histórico dos trabalhos executados.

Outro fator que se deve observar é o crescimento da logística material, que em relação a frota de veículos disponíveis era de 02 automóveis e passando a ser de 04 veículos tipo caminhonete, já quanto as máquinas fotográficas havia um total de 02 e passa-se a contar com 03. No tocante aos GPS houve limitação, pois havia 03 funcionando e agora tem-se apenas 02. Já foi possível a realização de 01 oficina de capacitação sobre utilização do decibelímetro no combate a poluição sonora.



Fiscais participam de Oficina sobre a utilização do Decibelímetro.

Com o planejamento estratégico participativo da Secretaria foi possível mapear e já instar o setor competente da SEMA para adquirir uma logística que possibilite a realização satisfatória da fiscalização e monitoramento ambiental.

O corpo fiscal também participa da formulação das Políticas Públicas e sugeriu a adoção de instrumental de demolição, sendo que em 2017 foi instituído o Auto de Demolição Ambiental.

O Departamento em 2017 foi composto por: **01 Diretor; 02 Gerentes; 04 Assistentes Administrativos; 16 Fiscais Ambientais em atividade.**

2.2.2 – Denúncias Recebidas

Foram recebidas em 2017 um total de **841 (Oitocentos e Quarenta e Uma)** Denúncias. Foi possível manter o atendimento contínuo aos processos e procedimentos internos e Operações programadas e ainda atender as solicitações do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e outros órgãos, bem como, o público em geral.

As ações demolitórias foram retomadas em âmbito municipal, sendo que restam executadas 04 demolitórias. Já a fiscalização sobre a poluição sonora apresentou 12 plantões noturnos. Os resultados foram: 110 Autos de Infração, 88 Autos de Notificação e 41 Termos de Apreensão, deixando o proprietário dos equipamentos como fiel depositário. As operações contaram com a realização de 12 aferições técnicas pelo corpo fiscal.

A tabela 02 apresenta os dados coletados e gráfico 01 sua disposição.



Ação Demolitória em APP.

TIPOLOGIA DE DEGRADAÇÕES	TOTAL
Flora (arborização)	50
Fauna (maus tratos)	04
Água Servida (esgoto)	120
Poluição Sonora	55
Atividade P. de LA	63
Queimadas Urbanas	335
Danos a AIA	133
Outros	81
Total	841

Tabela 02 – Denúncias Atendidas.



Gráfico 01 – Denúncias recebidas via 0800 e verificadas pelo DFIS.

É importante salientar que o quantitativo de ações se sustentou na média proporcional dos últimos anos. Considera-se que, apesar do contingenciamento econômico, ocorrido devido aos ajustes para enfrentamento da crise econômica mundial, manteve-se o grau de evolução quanto a execução de ações relativas a gestão ambiental de proteção ao meio ambiente.

É intrínseco ao processo de fiscalização ambiental o ato das apreensões de equipamentos, utensílios e objetos utilizados na degradação ao meio ambiente.



Bens Apreendidos em Operações contra Poluição Sonora.

2.3 – Otimização e Articulação Institucional

Faz se necessário especificar que o Município, através de iniciativa da SEMA conseguiu contornar o desafio ligado a frágil articulação institucional. Foi possível estabelecer uma relação de resultados com diversos órgãos federais, estaduais e municipais, o que está permitindo potencializar efetivas ações de proteção ao meio ambiente. Os principais parceiros da SEMA em 2017 foram: IBAMA, SEDAM, Batalhão de Polícia Ambiental - BPA, Polícia Militar e Secretarias Municipais.



Articulação Institucional para realização de demolitória no Canal Castanheira.



Articulação Institucional com BPA e PM para realização de Operação contra Poluição Sonora.

2.4 – Fomento ao Programa de Apoio à Gestão Ambiental

É fundamental ressaltar quanto ao aspecto qualitativo, que a otimização dos serviços propiciou no ano de 2017 um maior potencial de monitoramento e fiscalização ambiental.

3 - Departamento de Licenciamento Ambiental - DELIC

3.1 – Nossas Competências

Compete ao Departamento de Licenciamento Ambiental participar na formulação de políticas e diretrizes de desenvolvimento ambiental, formulando planos, programas e projetos de licenciamento e monitoramento ambiental, coordenando e supervisionando o desenvolvimento de atividades e empreendimentos que possam causar intervenções no meio ambiente.

De maneira geral, compete ao DELIC realizar os procedimentos de licenciamento ambiental no Município de Porto Velho, sendo de sua responsabilidade as atividades de licenciar a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais.

3.2 – Procedimentos em 2017

Para dar início ao Licenciamento Ambiental era utilizada a Carta Consulta e o Formulário de Caracterização do Empreendimento, os quais colhiam as informações mínimas necessárias para o cálculo do enquadramento e a consequente emissão das taxas de licenciamento ambiental o que geralmente dependia de um lapso temporal de 05 a 10 dias. Esse procedimento foi desburocratizado e otimizado em 2017 com o recebimento por doação do Sistema ON Line de Licenciamento Ambiental – SOL. O SOL foi doado para a Prefeitura de Porto Velho pelo técnico do Tribunal de Justiça Renan Barbosa.

Após protocolar os formulários (Carta Consulta e o Formulário de Caracterização) o empreendedor retornava a SEMA para retirar a Carta Resposta que continha a sua definição de enquadramento e as taxas decorrentes do mesmo. Com a utilização do SOL, os empreendedores passam a receber as informações em tempo real na forma digital.

O Enquadramento consiste em 06 (seis) níveis, divididos em Licenciamento Simplificado e Licenciamento Regular. O Licenciamento Simplificado contempla: Licenciamento por Declaração (LAD) e o Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS); Já o Licenciamento Regular engloba: Licenciamento de Pequeno Porte, Licenciamento de Médio Porte, Licenciamento de Grande Porte e o Licenciamento de Porte Excepcional.

Quanto ao recolhimento de taxas de licenciamento tem-se que: o Licenciamento por Declaração paga apenas a Taxa de Cadastro; Licenciamento Simplificado paga taxa de Cadastro e a Taxa Única; os demais licenciamentos, pagam além da taxa de cadastro, a Taxa de Licenciamento Prévio (LAP), Taxa de Licenciamento de Instalação (LAI) e a Taxa de Licenciamento de Operação (LAO).

O Departamento opera com 05 Gerências: Gerência do Meio Físico; Gerência de Recursos Minerais; Gerência de Resíduos Sólidos; Gerência de Recursos Hídricos e Gerência de Aquicultura.

Houve mudança significativa no Arquivo do Licenciamento, o que está gerando agilidade para análise e localização dos processos. As fotos a seguir demonstram os aspectos do “antes” e “depois”.



Arquivo do Licenciamento da SEMA em janeiro de 2017.



Arquivo do Licenciamento da SEMA em Março de 2017.

O fortalecimento da gestão ambiental em Porto Velho foi tema central de reunião ocorrida na sede do IBAMA com as presenças do novo superintendente do órgão em Rondônia, o professor Doutor em ciências da saúde (geografia médica), Carlos Alberto Paraguassu; o prefeito Hildon Chaves; o deputado federal Luiz Cláudio; os vereadores Jacaré e Bengala; o secretário municipal de Meio Ambiente Robson Damasceno, o assessor jurídico do gabinete do prefeito Devanildo Santana.

Na oportunidade Paraguassu ressaltou a importância histórica do encontro, para o alinhamento de forças. Foi proposto um termo de cooperação entre Ibama e Prefeitura para ampliar a gestão compartilhada da atuação em nível local. Por esse meio, haverá possibilidade de que sejam delegadas maiores competências ao município de Porto Velho. Inclusive quanto ao uso do Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais (SINAFLOR). O SINAFLOR integra o controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais, sob coordenação, fiscalização e regulamentação do órgão federal.

3.3 – Descrição de Atividades

Em 2017, segundo observado nos registros do DELIC foram realizados em média **3.200 (Três Mil e Duzentos)** atendimentos ao público, entre os quais empreendedores, responsáveis técnicos, procuradores e cidadãos em geral, que buscavam informações acerca dos procedimentos necessários para o devido licenciamento ambiental e regularização de empreendimentos, entre outros.

3.3.1 – Processos Analisados

Importa salientar que com a implantação do SOL houve a redução considerável do tempo de análise de processos. As licenças que compõem o Licenciamento Simplificado, caso não tenham pendências, são emitidas em no máximo três dias. Já as Licenças Regulares com Potencial Poluidor Médio tiveram uma redução de tempo de tramitação de 120 para 45 dias. Outrossim, não se pode deixar de mencionar que a partir de 2017 a SEMA passa a emitir todas as suas taxas diretamente na sua sede, sem a necessidade do contribuinte se deslocar até a SEMFAZ.

Neste escopo foram analisados no ano de 2017, um quantitativo de **2.074 (Dois Mil e Setenta e Quatro)** processos.

3.3.2 – Licenças Expedidas

A modernização da SEMA em 2017 propiciou, através do uso da tecnologia, que um total de **3.011 (Três Mil e Onze Licenças)** fossem expedidas. Destes, obteve-se como percentual que **26%** corresponderam a Indústria de Transformação; **26%** Comércio. Reparação de veículos automotores e motocicletas; **3%** Outras Atividades; **9%** Construção; **2%** Atividades Profissionais Científicas; **16%** Alojamento e Alimentação; **5%** Agricultura; **2%** Atividades Administrativas; **9%** Saúde e Alojamento e Alimentação; e **2%** Transporte e Armazenagem.

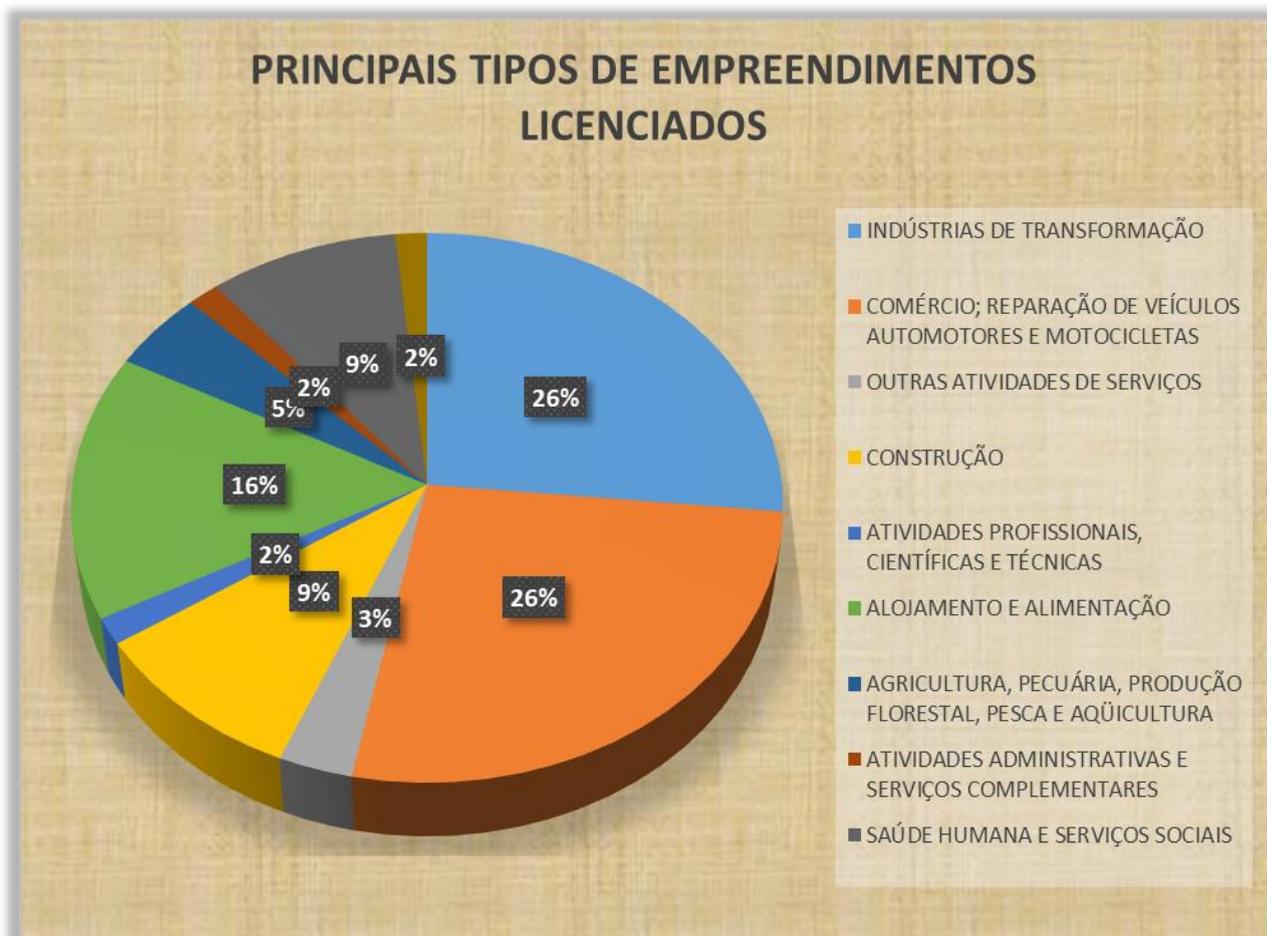


Gráfico 02 – Principais Tipos de Empreendimentos Licenciados no Ano de 2017. FONTE: SEMA

Os dados acima serão melhorados na perspectiva da implementação do Sistema On Line de Licenciamento. Em 2017 o SOL obteve 35% de sua programação. Ainda restando o desenvolvimento de 65% de sua programação. No final do segundo semestre de 2017, o Sistema passou a ser trabalhado pela Coordenadoria Municipal de Tecnologia, Comunicação e Pesquisa (CMTI). A programação deverá ser encerrada no primeiro semestre de 2018, quando o SOL emitirá todos os relatórios para maior transparência da Gestão Ambiental Municipal.

4 - Departamento de Gestão de Políticas Públicas Ambientais e Mudanças Climáticas - DGPA

4.1 – Nossas Competências

Compete ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas Ambientais e Mudanças Climáticas – DGPA participar da formulação de políticas e diretrizes de desenvolvimento ambiental, promovendo a capacitação de gestores e agentes multiplicadores em educação ambiental, estimulando e apoiando a criação de agendas sustentáveis locais.

Compete também ao DGPA fomentar e viabilizar a participação popular nas políticas públicas ambientais, como meio de democratização da Gestão Ambiental, além de executar, todas as etapas inerentes as atividades do uso sustentável dos recursos naturais, assim como propor, desenvolver e promover políticas públicas com a temática das mudanças climáticas.

4.2 – A Estrutura

O quadro funcional do DGPA em 2017 foi composto por 12 (doze) servidores com funções multidisciplinares, citam-se: biólogos, gestor ambiental, bacharel em direito, pedagogo, turismólogo e assistente social, sendo, 2 (dois) técnicos cursando biologia e 1 (um) cursando administração. Dos doze (12) técnicos, 05 (cinco) são do quadro da prefeitura, e 7 (sete) comissionados. Teve-se ainda 3 (três) estagiários que foram muito importantes para o desenvolvimento das atividades.

Em 2017 houve a ampliação do quadro de servidores no setor, no entanto ainda há um déficit de profissionais, tendo em vista que o Departamento é responsável pela realização de pesquisas, monitoramento da qualidade ambiental e a construção e promoção de Políticas Públicas Ambientais, e ainda executa as ações de Comunicação e

Educação Ambiental. Todas essas atividades são realizadas de forma contínua na zona urbana e rural de Porto Velho. As divisões vêm realizando suas atividades de forma integrada, colaborando uns com os outros, mas o número reduzido de servidores dificulta a discussão, planejamento e implantação de Políticas Públicas consideradas de grande relevância para a sustentabilidade e a qualidade ambiental.

O DGPA em 2017 apresentou três divisões, como ilustrado no organograma a seguir:



4.3 – Desenvolvimento de Atividades

O DGPA executou dois tipos de trabalhos no lapso temporal em observação, foram eles: Internos e Pesquisas. Nos trabalhos internos, foram desenvolvidas diversas habilidades de escrita, como elaboração de relatórios físicos e financeiros, projetos para captação de recursos e programação para realização de atividades, concentração e conhecimento das políticas públicas ambiental, de articulação, mobilização e comunicação, além de habilidades para gerenciar conflitos.

Já nos trabalhos de pesquisas, executou-se as habilidades com vistas ao desenvolvimento de projetos científicos, coleta, tabulação e análise de dados, monitoramento, avaliação e elaboração de relatório científico que possibilitarão subsidiar

a construção de políticas públicas ambientais com vistas a promoção do desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico e inclusão social.

A Divisão de Monitoramento da Qualidade Ambiental realizou pesquisas que contribuíram para a elaboração de novos projetos a serem implantados no ano de 2018. As pesquisas realizadas foram nas temáticas: ruídos, mapeamento das áreas de riscos e balneários, mapeamento do Parque Natural Municipal Senador Olavo Pires, para a implantação do monitoramento da biodiversidade, águas subterrâneas (poços amazônicos), esta última, solicitada pelo Prefeito Hildon Chaves e desenvolvida no Distrito de Jaci Paraná.

A Divisão de Programas para o Desenvolvimento Sustentável teve apenas apoio de um técnico, porém, desenvolveu atividades que não existiam na secretaria. Atendendo a campanha de prevenção e combate às queimadas, acompanhou e sensibilizou várias associações de bairro e escolas da rede municipal.

O Projeto **“Não queime seu filme, Reaproveite seus resíduos”** foi divulgado além das comunidades, nas escolas, instituições religiosas, tendo como principal objetivo, conscientizar e sensibilizar os moradores na redução de resíduos domésticos, utilizando os resíduos orgânicos na produção de composteiras para utilizar em hortas ou jardinagem. Além disso, essas informações foram fundamentais como alternativa às queimadas urbanas e ao reaproveitamento de alimentos alternativos antes desperdiçados.

A Divisão ainda implantou uma horta orgânica com 07 (sete) canteiros na Casa de Longa Permanência Vicente de Paula (antiga Casa do Ancião), onde devem ser cultivados diversos tipos de legumes e verduras para consumo próprio, estabelecendo uma relação de sustentabilidade social, econômico e ambiental. Os canteiros são suspensos, adaptados para dar acessibilidade às necessidades físicas dos idosos. Também foram construídas hortas em duas escolas, sendo uma ainda em finalização.

Toda mão-de-obra foi realizada em parceria com a SEJUS, através de reeducandos incluídos no programa de redução de pena. Já os recursos financeiros, foram provenientes das fontes pública e de empresas privadas (parceiros).

Importante frisar que os recursos da Secretaria para o DGPA eram provenientes do Plano Plurianual - PPA da gestão anterior e foram insuficientes para execução das atividades do Departamento. Urge salientar que muitas despesas e programas não estavam previstos. No entanto, toda a articulação, mobilização, sensibilização junto aos parceiros propiciaram que a SEMA tivesse a credibilidade e a confiança para busca de investimentos. Tal observação é um dos pontos positivos de conquistas que farão com que no ano 2018, com a confiança e credibilidade conquistadas, seja realizadas mais atividades.

Um ponto negativo foi a realização da alteração do comando da divisão, não porque não tenha a competência devida, mas por todas as articulações e parcerias que já estavam estabelecidas, contando na continuidade. Porém, o planejamento continua e novas articulações serão estabelecidas.

A Divisão de Mobilização e Educação Ambiental teve um ano, avaliado por muitos parceiros positivamente. Isso se deu pelo empenho e capacidade técnica dos envolvidos. Inicialmente com uma apresentação do planejamento na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Rondônia – CIEARO, mobilizando e sensibilizando mais de 20 (vinte) instituições a se unir em prol do meio ambiente de Porto Velho.

O fulcro da divisão foi demonstrar que a educação ambiental teria que ser executada de forma diferente. Assim buscou-se atingir o maior número de pessoas possível para o desenvolvimento das atividades de educação ambiental.

O sucesso da rede formada deu-se pela não concentração de ações em somente um órgão, mas pela soma de esforços com quaisquer (qualquer) instituições(ão) que aderisse(m) ao planejamento e as atividades propostas. Neste interim, as instituições presentes, puderam incluir suas ações no planejamento integrando ou mesmo divulgando o que já estavam fazendo e no final, cada um relator pode contribuir, de acordo com suas competências e habilidades.

A Prefeitura de Porto Velho através do DGPA realizou uma das maiores campanhas de Educação Ambiental já existente em Porto Velho, tendo a colaboração das demais

divisões do departamento, estagiários e colaboradores voluntários que aderiram as atividades, além das instituições parceiras e outras secretarias, tais como SEMUSB, SEMUR, SEMES, SEMTRAN e SEMED.

Foram realizadas campanhas de educação ambiental em vários setores, tais como: empresas públicas e privadas, Sistema S, FECOMÉRCIO, escolas rurais e urbanas da rede municipal, associações de bairro e rurais, instituições religiosas, faculdades, escolas estaduais, mutirões porta a porta, ecobliz, capacitações e reuniões de planejamento e monitoramento com as organizações da sociedade civil do campo e da cidade, levando alternativa na utilização dos resíduos produzidos na residência ou na propriedade na construção de compostagem orgânica para recuperação de solo e no melhoramento da produção, bem como na construção de hortas domésticas, sendo elas dos tipos: vertical ou horizontal.

O número de parcerias com outras instituições formalizadas ao longo do ano ultrapassou o quantitativo de **35 (trinta e cinco)**, estes se envolveram direta ou indiretamente nas atividades. Com isso, ampliou-se a descentralização da gestão ambiental, levando a população de Porto Velho informações sobre meio ambiente e como se relaciona com outras temáticas, atingindo diretamente mais de **30.000 (trinta mil)** pessoas. Além disso, utilizou-se as redes sociais, rede de televisão e rádio, bem como material gráfico, placas educativas para disseminação de informação, ampliando muito mais a rede de abrangência.

4.3.1. Principais Atividades Desenvolvidas

PROGRAMA CIDADE + VERDE

Realizada no mês de março através de 2 (duas) atividades principais. Primeiramente em 13 março, foi lançado o **Programa Cidade + Verde**, na Praça do Skate Park, onde foram plantadas mais de 250 (duzentas e cinquenta) mudas de árvores, com envolvimento de escolas

municipais e da rede de ensino particular, centro de convivência de longa permanência do idoso, funcionários, jornalistas e parceiros. **Totalizando mais de 200 (duzentas) pessoas presentes.**

SEMANA DA ÁGUA

A Semana da Água foi realizada na semana do dia 22 de março, onde é comemorado o dia internacional da água. Essa foi a primeira atividade desenvolvida em conjunto pelos três órgãos de gestão ambiental dos entes da federação (SEMA - municipal, SEDAM - estadual e IBAMA - federal). Houve o envolvimento de vários parceiros, além de faculdades e da universidade de Porto Velho. Foram realizados seminários, palestras nas escolas municipais e privadas, associações de bairro, visita técnica na Estação de Tratamento de Água e trilha no Parque Natural Municipal. **Participaram destes eventos ao todo mais 300 (trezentas) pessoas.**

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

A Semana do Meio Ambiente teve uma agenda integrada com mais de 17 (dezesete) parceiros provenientes dos três entes da federação e de empresas privadas. As atividades desenvolvidas foram: Palestras nas escolas: **17 (dezesete)** escolas da rede de ensino municipal, 01 (uma) da rede estadual, ações com envolvimento de **6 (seis)** faculdades, do IFRO e da Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Atividades no Parque Natural Municipal, Parque das Cidades e Parque Circuito.

A rede privada recebeu palestras dos técnicos da SEMA e parceiros, citam-se: palestras para os colaboradores da Votorantim. A CAERD também recebeu palestras. Também foi realizada, em dois dias, a Primeira Amostra Florestal de Arte e Boi Bumbá, onde teve danças, comidas típicas, atrações artísticas locais, feira de artesanatos entre outras atrações. A estimativa de público deste evento foi de **600 (seiscentas) pessoas.**

A Semana do Meio Ambiente também contou com um grande seminário de abertura com a participação de mais de **300 (trezentas) pessoas**, tendo logo depois a caminhada ecológica com a presença do Prefeito Hildon Chaves, do Presidente da Câmara de Vereadores Mauricio Carvalho e da Deputada Federal Mariana Carvalho, que em conjunto com mais de **200 (duzentas)** pessoas se deslocaram da sede do SENAC até a praça Madeira Mamoré. Somado todos os eventos da SEMANA DO MEIO AMBIENTE, participaram das atividades mais **11.000 (onze mil)** pessoas.

CAMPANHA DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS QUEIMADAS

A Campanha de Prevenção e Combate às Queimadas lançada em 23 de maio no Gabinete do Prefeito teve marco na Prefeitura de Porto Velho em 2017, pois foi o primeiro ano que o lançamento se deu um mês antes de iniciar o período crítico de estiagem (seco). O objetivo principal foi realizar uma campanha de prevenção e combate contra queimadas, com fulcro em minimizar ou até erradicar a prática de queima, visando a diminuição da emissão de gás carbono para a atmosfera, a poluição do ar e a melhoria da qualidade ambiental.

A Prefeitura através da SEMA conquistou muitos parceiros que colaboraram com as atividades propostas. O cronograma de ação conteve diversas atividades, incluindo ações nos limites com outros municípios (Candeias e Guajará Mirim) e visitas aos distritos do eixo da BR e do baixo e médio madeira, sendo a primeira vez que a campanha se estendeu até os distritos. Fator que contou com a aprovação de muitos moradores.

As atividades desenvolvidas no período da campanha foram: reuniões com os parceiros, seminários, ecoblitz na base da Polícia Federal Rodoviária em Candeias do Jamari e em Nova Mutum, ecoblitz em pontos estratégicos de fluxo de veículos dentro da cidade, palestras nas associações de bairro e rurais, palestras em unidade habitacionais de interesse social municipal, citam-se Porto Madero III e IV e no residencial orgulho do madeira, palestras no conselho estadual de bispos e padres, bem como no conselho estadual de pastores, palestras na UNIR e na semana ambiental da SEICHO-NO-IE, palestras nas escolas da rede municipal e estadual e mutirão porta-a-porta realizado em vários bairros: Castanheiras/conjunto Guaporé, 100% das residências, Socialista e orgulho do madeira, 100% das residências dos bairros Mato Grosso e Areal Centro e 100% das residências do Distrito de Nova Mutum.

A SEMA estendeu a campanha nos distritos do eixo da BR, de Nova Califórnia até Jaci Paraná e no Baixo Madeira São Carlos a Calama, incluindo Maici e Lago do Cuniã. Nas áreas rurais foram visitados os reassentamentos de Morrinhos e Santa Rita, Novo Engenho Velho, Riacho Azul e São Domingos.

A metodologia adotada nos mutirões porta a porta foi dividir a equipe presente em grupos pequeno e com a ajuda de mapa das ruas do bairro, fizeram a visita porta a porta. Em alguns mutirões chegou a participar mais de **120 (cento e vinte)** colaboradores e teve como objetivo a

execução do diálogo com a população informando que queimada é um crime ambiental e acarreta grandes prejuízos sociais, à saúde, econômicos e ambientais.

Os parceiros que participaram das atividades direta ou indiretamente foram: PrevFogo – IBAMA, SEDAM, 17ª Brigada de Infantaria, Batalhão da Polícia Ambiental – BPA, Bombeiros Civis, Defesa Civil, SEAS/MP (empresa responsável pelo projeto social no orgulho do madeira), FUNASA, Selva, Observatório Ambiental de Jirau, Votorantim, Santo Antônio Energia, ELETRONORTE, ELETROBRÁS/CEROM, CAERD, TERMONORTE, UNIR, SISTEMA “S”, FECOMÉRCIO, CORPO DE BOMBEIROS, SIPAM, IFRO, EMBRAPA, EMATER, MARQUISE, AQUÁTICA ENGENHARIA, Polícia Rodoviária Federal – PRF, DYDYO, Grupo Rovema, além das faculdades: ULBRA, FIMCA, UNIRON e Centro Universitário São Lucas.

Com a realização das atividades e ações integradas com os parceiros a Campanha de Prevenção e Combate às queimadas atingiu um público de **15.000 (quinze mil)** pessoas diretamente.

Urge observar que mesmo com toda essa dinâmica de participação, interação, ainda é necessário melhorar a atuação e ampliação das próximas campanhas, principalmente interagindo e intensificando ações de fiscalização e repressão através dos três órgãos de gestão ambiental (SEMA, SEDAM e IBAMA), pois mesmo observou-se que os índices de queimadas em 2017, principalmente nas áreas rurais e nos distritos, foram alarmantes. Este fato colocou Porto Velho no rol de municípios que mais queimam no Estado de Rondônia.

PROJETO “NÃO QUEIME SEU FILME, APROVEITE SEUS RESÍDUOS” - IMPLANTAÇÃO DE HORTAS ORGÂNICAS E O PROJETO ESCOLAS + SUSTENTÁVEIS

Esses dois projetos são atrelados a Campanha de Prevenção e Combate às Queimadas, bem como outras ações que a SEMA desenvolveu nas comunidades e nas escolas da Rede de Ensino Municipal. São nesses projetos que estão descritas as ações complementares, metodologias pedagógicas e definições de parceiros que possam contribuir no aprendizado dos alunos que participam das atividades. Conforme descrito a seguir:

Nas escolas: As atividades desenvolvidas nas escolas buscam tratar o meio ambiente como parte do cotidiano dos alunos, fazendo com que tenham uma visão crítica e construtiva para as mudanças necessárias de hábitos, tanto no que tange ao ambiente escolar, familiar e na comunidade. Além dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, as visitas técnicas aprimoraram os conhecimentos que perpassam o embasamento teórico e alcançam a praticidade, demonstrando que pequenas ações, individuais ou coletivas são importantes para alcançar um ambiente mais sustentável.



Implantação das hortas nas escolas e na comunidade: tem objetivo de reduzir o volume de resíduos descartados inadequadamente ou mesmo encaminhados a lixeira municipal. Através das hortas, as pessoas conseguem visualizar que com custo muito pequeno, reutilizando materiais muitas vezes já descartados, podem produzir alimentos de qualidade, que melhoram a segurança alimentar e nutricional das crianças, bem como de famílias de baixa renda. Além disso, proporciona melhoras na renda familiar, uma vez que a família poderá comercializar o excedente da produção.

Para execução dos dois projetos, foram realizadas reuniões e palestras educativas nas escolas, nas associações de bairros e reuniões para formalização de parcerias para implantação do projeto. Além disso, reuniu-se com os diretores e equipe pedagógica das escolas e da SEMED para alinhamento das ações, incluindo a participação do Secretário Adjunto da SEMED, Adson Kleber Santos Muniz.

Ao todo, os projetos envolveram mais de 16 (dezesseis) associações de bairros, 17 (dezessete) escolas municipais, 2 (duas) escolas estaduais, 06 (seis) faculdades e a Casa de Longa Permanência Vicente de Paula, onde residem mais de 30 (trinta) idosos. Totalizando direto e indiretamente mais de 5 (cinco) mil beneficiários entre alunos e comunidade.

DIA DA ÁRVORE

No dia 21 de setembro foi comemorado o Dia da Árvore. O objetivo principal foi a conscientização a respeito da preservação desse bem tão valioso. Foram realizadas duas

atividades simultaneamente, uma realizada diretamente pela SEMA e a outra em parceria com o Observatório Ambiental Jirau.

Em Porto Velho, uma ação de plantio foi realizada no Empreendimento Social Cristal da Calama, onde foram reunidas mais de **200 (duzentas)** pessoas entre funcionários, parceiros, estagiários, professores e alunos das Escolas Pé de Murici (municipal) e Murilo Braga (Estadual). O evento contou com a presença do Prefeito Hildon Chaves que plantou uma muda no canteiro central do condomínio.

Já a atividade em parceria com o Observatório Ambiental Jirau foi realizada em Nova Mutum Paraná e teve o envolvimento das comunidades, escolas, empresas parceiras e poder público. Em parceria com a Cooperativa dos Produtores Rurais do Observatório Ambiental Jirau (COOPPROJIRAU), Energia Sustentável do Brasil (ESBR) e Associação das Mulheres de Nova Mutum Paraná (ASMUNOMU).

O evento contou com a participação de cerca de 43 alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Olympia Salvatore localizada na Vila Jirau e de 45 alunos do Colégio Einstein de Nova Mutum Paraná, além de funcionários da ESBR e COOPPROJIRAU; Foram plantadas em torno de 1300 (Um Mil e trezentas) mudas, deste total cerca 200 (duzentas) mudas de açaí e buriti foram doadas pela SEMA e 100 (cem) mudas frutíferas de pitanga, cupuaçu, tamarindo, caju e jaboticaba doadas pelo Batalhão da Polícia Ambiental de Porto Velho (BPA).

Reunião com SEDAM

Atendendo convite do órgão estadual de gestão ambiental, técnicos da SEMA



Reunião com SEDAM consolidou parceria em desenvolvimento de ações de Educação Ambiental.

estiveram reunidos com técnicos estaduais. O objetivo foi de firmar parcerias para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental em Porto Velho. Nesta reunião foi articulado o desenvolvimento do planejamento e execução das atividades da Semana da água.

• Reunião com a Associação de Bairro Castanheiras



Reunião no Bairro Castanheira com representantes da comunidade.



Técnica do DGPA discorre sobre projetos em reunião da UPAS.



Comunidade Adelino Ramos. Potencial para projetos sustentáveis.



Mutirão de Limpeza do Parque da Cidade.

🌱 Reabertura do Parque Circuito.

A reabertura do Parque Circuito aconteceu com ação integrada de varias secretarias municipais, tomando a frente a SEMES que lançou na mesma data o Projeto Viva Bem Porto Velho Cuida de Você.

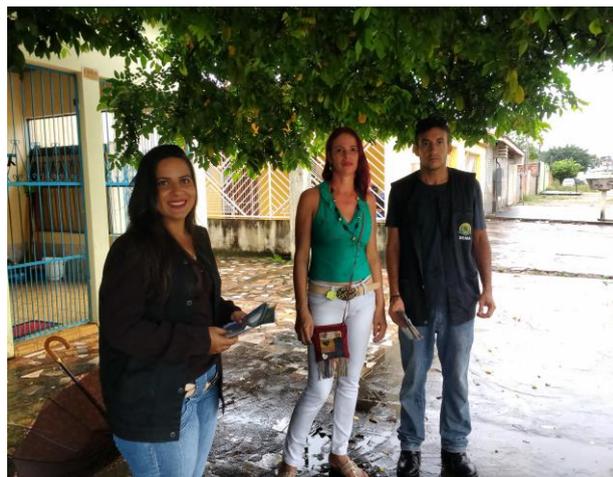
O DGPA desenvolveu uma ação de Educação Ambiental com vistas a promover a utilização sustentável dos recursos do Parque Circuito. Foram distribuídos material gráfico, brindes e mudas de várias espécies florestais. O evento contou com a parceria da Eletrobras.



Educação Ambiental na reabertura do Parque Circuito.

••• Educação Ambiental em Áreas de Preservação Permanente - APP

Tendo em vista a transversalidade de ações dos departamentos e gerências que compõem a SEMA, o DGPA foi acionado pelo Departamento de Fiscalização e Monitoramento para realizar atividades de Educação Ambiental, no entorno de APP's. O primeiro trabalho foi realizado na rua Agenor de Carvalho, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, residências localizadas entre a Pinheiro Machado e a José Vieira Caúla.



Educação Ambiental em APP's.

••• Lançamento do Programa Cidade + Verde



Lançamento do Programa Cidade Mais Verde.

O DGPA participou do lançamento do Projeto Cidade + Verde onde foram realizadas palestras nas Escolas Flor do Piquiá, Francisco Chiquilito Erse e Colégio Objetivo, alcançando uma média de **150 (Cento e Cinquenta)** alunos.

Os temas trataram da conscientização das mudanças climáticas. O ponto forte do evento culminou com o plantio de 250 mudas pelos alunos das respectivas escolas, no Skate Parque.



Chegada de alunos da rede pública de Ensino no Skate Parque para plantio de mudas.

🌿 Educação Ambiental no 1º Encontro Estadual das Mulheres

A equipe de técnicos participou do 1º Encontro Estadual das Mulheres de



Educação Ambiental em Evento realizado no Parque da Cidade.

Rondônia no Parque da Cidade, divulgando a Educação Ambiental, no stand da SEMA, desenvolvendo e divulgando as ações de educação ambiental dando ênfase na preservação e ao cuidado com os resíduos domésticos. Foram atingidas **250 pessoas** que visitaram o stand SEMA.

••• Semana da Água

Foram realizadas diversas ações na Semana da Água de 2017. As atividades contaram com a realização de blitz educativa, Seminários, Passeio técnico na Estação de Tratamento de Água (ETA) da CAERD e finalizando com passeio turístico e ecológico no Parque Natural.

O Seminário ocorreu com o tema **ÁGUA: Nossa Riqueza**. A realização foi em parceria com IBAMA e SEDAM, sendo sua abertura realizada pelos secretários Robson Damasceno (SEMA), Vilson Salles Machado (SEDAM) e o superintendente Carlos Paraguasu (IBAMA), com participação de **137 pessoas**. Já a blitz educativa distribuiu mais de 2000 panfletos de educação ambiental. Os passeios contaram com a participação de aproximadamente **50 pessoas**.



Blitz Educativa com a participação do Colégio Classe A.



Seminário Água Nossa Riqueza.



4.3.2. Desenvolvimento Socioambiental Sustentável

Os técnicos do DGPA também colaboraram para o processo de Aprovação da Política Municipal de Educação Ambiental em conjunto com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA).

Insta observar que a minuta de Lei encontrava-se estacionada e sem perspectiva de seguir para aprovação. O resultado deste trabalho permitirá que a Educação Ambiental em Porto Velho esteja definida como um processo contínuo e transdisciplinar de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência sobre as questões ambientais e para a promoção de atividades que levem a participação das comunidades na preservação do patrimônio ambiental.

5 - Departamento de Proteção e Conservação Ambiental - DPCA

5.1 – Nossas Competências

Compete ao Departamento de Proteção e Conservação Ambiental – DPCA participar na formulação de políticas e diretrizes do desenvolvimento e sustentabilidade ambiental; formular planos, programas e projetos de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável; promover a política de indução ao florestamento e ao reflorestamento, elegendo áreas prioritárias, promovendo a política de controle, monitoria do uso sustentável dos recursos naturais em áreas de interesse ambiental.

O DPCA foi reestruturado na reforma administrativa promovida pela gestão municipal. A nova concepção administrativa é composta de 01 núcleo de engenharia e projetos; 01 núcleo de geoprocessamento; 05 divisões, sendo: Divisão de Arborização Urbana; Divisão de Áreas Ambientalmente Protegidas; Divisão de Administração do Parque Natural; Divisão de Administração do Parque Circuito; Divisão de Administração do Parque da Cidade. O viveiro municipal fica alocado na Divisão de Administração do Parque Natural.

5.2 – Núcleo de Projetos

O núcleo de projetos tem por finalidade: Coletar, analisar e organizar; Comunicar ideias e informações; Elaborar, Projetar, Planejar e Gerenciar obras e atividades com fulcro no desenvolvimento sustentável, cabendo também utilizar ideias e técnicas matemáticas com foco na qualidade da gestão ambiental; Resolver problemas; Utilizar a tecnologia. Visando atender a demanda dos departamentos da Secretaria.

O núcleo desenvolveu as seguintes atividades:

Levantamentos e Visitas

✓ Levantamento dos serviços de reparo e manutenção necessários no Parque Natural com a elaboração do Projeto de Playgrounds e posteriormente, a Planilha Orçamentária de todos os serviços necessários.



Análise de reformas no Parque Natural.

✓ Ação conjunta, arquiteta, engenheiro e topógrafo, realizaram visita técnica para constatação de demolição e levantamento aéreo com Drone da área a ser elaborado projeto do **Eco Parque Linear da Zona Sul**.



Vista Inicial da área do Eco Parque

A equipe desenvolveu o projeto urbanístico, realizou a locação do perímetro da obra para limpeza da área, elaborou o cronograma da obra e lista de equipamento e maquinários necessários para sua execução.



Construção do Eco Parque Zona Sul

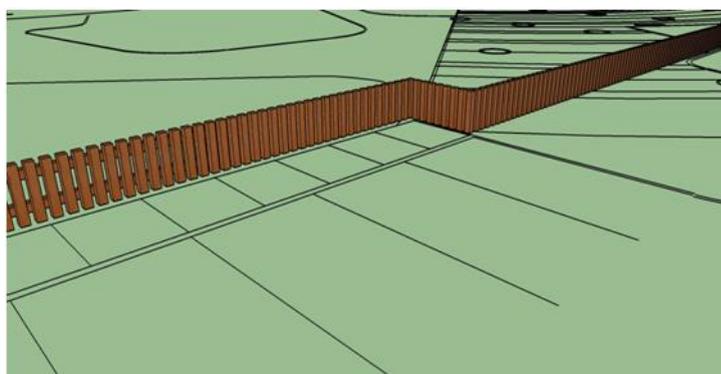
- ✓ Elaboração do layout das tendas para o evento I ENCONTRO ESTADUAL DAS MULHERES EM AÇÃO, a ser realizado no Parque da Cidade;
- ✓ Elaboração do projeto em 3D do Paineil Verde no Playground do Parque Natural.



Projeto do Paineil Verde no Playground do Parque Natural.

✓ Levantamento de quais os serviços de reparo e manutenção são necessários no Parque Circuito das Seringueiras para elaboração da Planilha Orçamentária de todos os serviços necessários;

✓ Levantamento de quais os serviços de reparo e manutenção são necessários no Parque da Cidade, para a elaboração do projeto da cerca de isolamento e posteriormente, a Planilha Orçamentária de todos os serviços necessários;



Cerca Americana de Proteção do Parque da Cidade.

Objeto: Reforma do Parque da Cidade
Endereço: Avenida Calama, Porto Velho - RO
Local: PORTO VELHO - RO
Data: 23.02.2017

TABELAS: Deosp e Sinapi
Dezembro de 2016

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS DE REPAROS DO PARQUE	QUANT.	UNID.	R\$ (VALOR UNITÁRIO)	R\$ (TOTAL)	VALOR (R\$)
	1	Administração e taxas					R\$ 1.628,48
	1.1	Tipos	Quant				
COMP/DEOSP	1.1.2	Taxas e emolumentos	1,00	unid	R\$ 811,16	R\$ 811,16	
	1.2	NR-18	Quant				
COMP/DEOSP	1.2.1	Despesas com Vale transporte	44,00	unid	R\$ 3,00	R\$ 132,00	
COMP/DEOSP	1.2.2	Despesas com refeição-almoço	22,00	unid	R\$ 8,00	R\$ 176,00	
COMP/DEOSP	1.2.3	Despesas com Equipamentos de proteção individual - EPI	12,00	unid	R\$ 49,69	R\$ 596,32	
COMP/DEOSP	1.2.4	Despesas com exames médicos	6,00	unid	R\$ 35,00	R\$ 210,00	
	1.2	Canteiro de obra e requisitos gerais					
SNAPI/4813	1.2.1	Placa de Obra (3,00 x 2,00)m	1,00	unid	R\$ 200,00	R\$ 200,00	
	02	Recuperação em Estrutura de Concreto					R\$ 347,49
	2.1	Recuperação dos Bancos - Tipo Concreto					
COMP/SINAPI	2.1.1	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/AREIA MÉDIA/BRITA 1) - PREPARO MANUAL - AF_072019	0,14	m³	R\$ -	R\$ -	
	02	PREPARAÇÃO E PINTURA					R\$ 4.337,86
	5.1	Preparação e Pintura - Mesas e Bancos					
COMP/SINAPI	5.1.1	EMASSAMENTO COM MASSA A ÓLEO, UMA DEMAO	12,98	m²	R\$ 26,77	R\$ 347,89	
COMP/SINAPI	5.1.2	PINTURA A ÓLEO, 2 DEMAO	76,61	m²	R\$ 22,77	R\$ 1.744,64	
	5.2	Preparação e Pintura - Lixeiras					
COMP/SINAPI	5.2.1	EMASSAMENTO COM MASSA A ÓLEO, UMA DEMAO	10,01	m²	R\$ 26,77	R\$ 267,96	
COMP/SINAPI	5.2.2	PINTURA A ÓLEO, 2 DEMAO	50,04	m²	R\$ 22,77	R\$ 1.139,55	
	5.3	Pintura Mesas de Concreto					
COMP/SINAPI	5.3.1	PINTURA EPOXI, DUAS DEMAO	25,55	m²	R\$ 33,07	R\$ 838,42	
	06	DIVERSOS					R\$ 451,14
	6.1	Playground					
COMP/SINAPI	6.1.1	CORRENTE DE ELO CURTO COMUM, SOLDADA, GALVANIZADA, ESPESSURA DO ELO = 1/2"	21,70	kg	R\$ 20,79	R\$ 451,14	
						TOTAL S/ BDI	6.417,49
						BDI 25%	1.604,37
						TOTAL C/ BDI	8.021,86

✓ Realização de vistoria no terreno para desenvolvimento do projeto de paisagismo da COOPERATIVA AGRO SUSTENTÁVEL DE UNIÃO BANDEIRANTES - UNICOOP EM PORTO VELHO.

••• Núcleo de Geoprocessamento

✓ Participação no I SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE PORTO VELHO;

✓ Participação no Lançamento do Programa Porto Velho: Cidade + Verde;

✓ Projeto sobre a proposta do zoneamento agrícola e ambiental do município de Porto Velho;

✓ Levantamento das áreas de preservação permanente-APP no entorno da FIMCA;

✓ Levantamento da área de APP do bairro três Marias;

✓ Atividades de apoio ao setor de áreas de preservação permanente.

5.3 – Divisão de Administração do Parque Natural

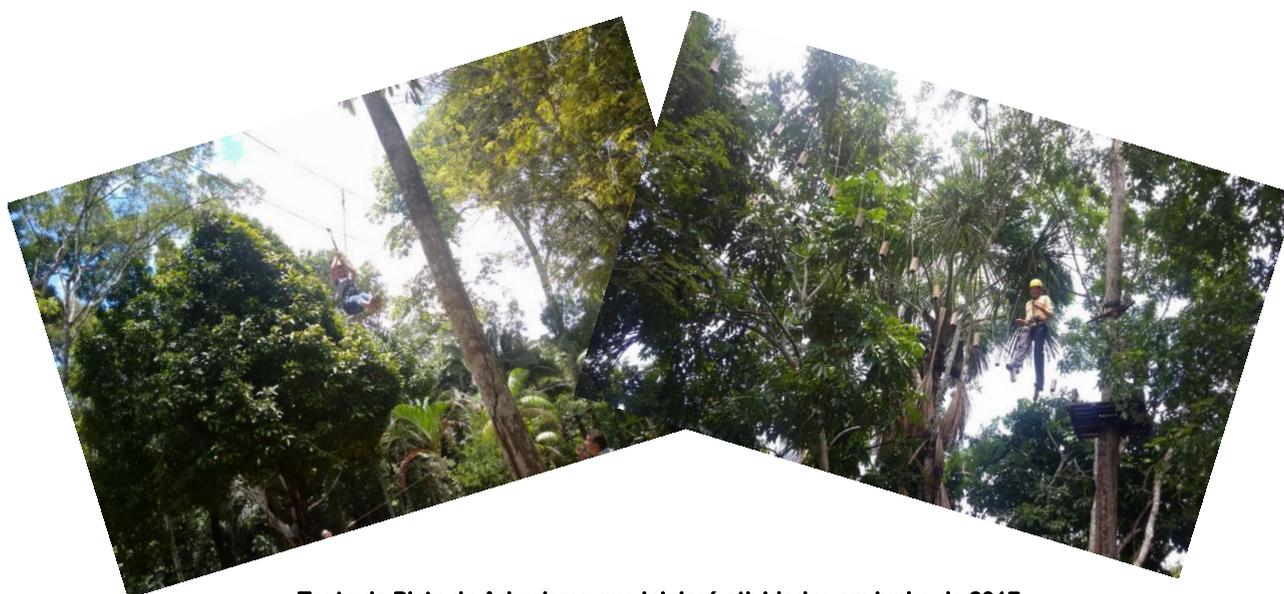
O Parque Natural Municipal foi criado através do Decreto nº. 3.816 de Dezembro de 1089, com uma área de 390,8216 há (trezentos e noventa hectares e oitenta e dois deciares e dezesseis centiares). Trata-se de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, onde reúne biodiversidade e valores cênicos no município.

A microrregião do Parque Natural de Porto Velho localiza-se no final da Avenida Rio Madeira na cidade de Porto Velho, sendo suas coordenadas: 8° 40' 56.5" S e 63° 52' 03.8" W. É cortada pelo Igarapé Belmont no sentido Sul – Norte seu principal curso d'água, com uma superfície de 2 km. Seu centro geográfico está distante 14 km do centro da cidade de Porto Velho.

O Parque Natural Municipal foi criado com o objetivo básico de garantir amostra significativa da fauna e da flora e assegurar a população os meios necessários de desenvolvimento integrado a educação ambiental, pesquisa científica, ao turismo ecológico e ao lazer, que motiva o deslocamento de grupos de pessoas para conhecer e estudar demonstrativos da biodiversidade própria da floresta amazônica.

Para estimular a visitação no Parque são executadas diversas atividades promovidas pela SEMA, estimulando o interesse da população em participar da conservação e desenvolvimento sustentável do município. Várias obras, que perduravam anos sem solução, foram concluídas em 2017, entre elas: Passarela Suspensa de Madeira, Reforma das Casinhas do Playground; Recebimento e Montagem do Centro de Visitações (museu). A seguir são demonstradas as atividades desenvolvidas em 2017.

✓ **Manutenção da Pista de Arborismo do Parque.**



Teste da Pista de Arborismo que iniciará atividades em junho de 2017.

O Sistema de arborismo atendeu em 2017, mais de **12.000 (doze mil)** pessoas. Comprovação da potencialização das ações e atividades ambientais no local.

✓ Workshop com a UNIR.

Ocorreu também um Workshop realizado em parceria com a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sobre Planejamento Estratégico do Programa de Comunicação e Educação Ambiental.



Workshop para Servidores desenvolvido pela UNIR.

✓ Visitas ao Parque.

O total de visitantes de janeiro a dezembro de 2017 foi de **147.000 (cento e quarenta e sete mil)** pessoas.



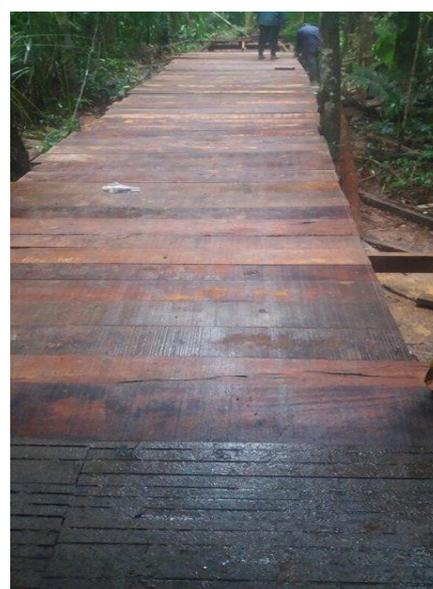


Famílias retornam as visitas ao Parque Natural

✓ **Manutenção e Conservação**

Foi realizada a reforma das casas do playground e a retirada de brinquedos inutilizados devido sua má condição de uso. A pista elevada de madeira finalmente foi concluída, através da doação de madeira pelo IBAMA, foi possível construir os últimos 450 metros da pista. A pista de madeira do Parque Natural dista em torno de 760 metros e liga a área de convivência na entrada do Parque ao Viveiro Municipal, sendo que todo o seu trajeto ocorre no interior da Floresta. Neste passeio o visitante, além das belezas naturais, tem contato com informações de tipos de árvores que compõem a flora do Parque.





Reformas realizadas no Parque Natural.

Houve a abertura da lanchonete “com café regional” que visa atender aos visitantes durante os finais de semana e feriados, a fim de proporcionar maior potencial de crescimento na visitação ao Parque Natural.

Durante dias pré-determinados, foi realizado em conjunto com a equipe de poda, um mutirão para reforçar a limpeza nas dependências do parque.



Foi concluída a instalação dos móveis planejados do Centro de Visitação, com montagem do acervo em parceria com a Universidade Federal de Rondônia e o Centro Universitário São Lucas.



Instalação dos Móveis do Centro de Visitação.

✓ Viveiro Municipal - Produção e Distribuição de Mudanças

O Viveiro Municipal de Porto Velho foi recebido pela atual gestão com o quantitativo de **2.000 mudas** disponíveis para doação. Estima-se que a unidade tenha capacidade de produção de aproximadamente **300.000 mudas**.

Para o ano de 2017, foi planejada a germinação de 100 mil mudas com espécies variadas: açaí touceira, bacaba, puruí, açaí nativo, buriti, castanheira, cupuaçu, ingá, exoria, ipê-amarelo, ipê-roxo, ipê-verde, pitomba, manga, nim indiano, acerola, faveira-ferro, graviola, jequitibá, jatobá, mogno, oiti, palmeira Imperial, pata de vaca, tento, cojoba e pitanga dentre essas espécies, algumas têm a finalidade de reflorestar áreas degradadas e outras serão utilizadas para arborização Urbana.

Após uma inteira modificação na execução dos trabalhos e acima de tudo através da vontade dos servidores foi possível produzir em 2017 um quantitativo de **143.000 (Cento de Quarenta e Três Mil)** mudas. Deste quantitativo, o programa de doação atendeu: para arborização urbana foram doadas **47.000 (quarenta e sete mil)** mudas e para a recuperação de áreas degradadas pelos produtores rurais foram disponibilizadas **91.000 (noventa e uma mil)** mudas.



Mudas para reflorestamento e frutíferas são procuradas no viveiro — Foto: Hosana Moraes/G1

Visita do Prefeito Hildon Chaves ao Viveiro.



A SEMA, através da equipe TATU, realizou o plantio, direto ou em parceria, de mais de **8.000 (oito mil)** mudas nas ruas, avenidas e APP's de Porto Velho. O viveiro ainda contou com **17.000 (dezesete mil)** mudas para paisagismo, entre exórias e outras ornamentais, que são responsabilidade da SEMUSB em parceria com a SEMA.



Plantio no Distrito de Nova Califórnia.



Plantio Skate Parque.



Plantio Residencial Cristal da Calama.



Plantio de Recuperação de área degradada.



Plantio de Avenidas (Pinheiro Machado)



Plantio em Condomínios

5.4 – Divisão de Administração do Parque Circuito

O Parque Circuito foi instalado em uma antiga plantação de seringueiras na "estrada dos tanques", hoje Avenida Lauro Sodré, logo após o Parque de Exposições. Entre as seringueiras, dezenas de pessoas exercitam-se diariamente nas trilhas, desde as primeiras luzes do dia. Com a área das seringueiras totalmente iluminada, na mata que dá sequência ao velho seringal, outras trilhas permitem caminhadas em contato com a natureza.

A reabertura do Parque aconteceu em 18 de fevereiro, em parceria com a SEMES, foi realizado lançamento do projeto “Viva Bem, Porto Velho Cuida de Você”, com o intuito de ganhar mais qualidade de vida e aproveitar melhor os espaços públicos de esporte e lazer foi oferecido para todos, atividade física de saúde e bem-estar.



Reabertura do Parque Circuito das Seringueiras.

O total de visitantes de janeiro a dezembro de 2017 foi de aproximadamente **12.000 (doze mil)** pessoas.

✓ **Manutenção e Conservação**

Foi realizado levantamento da Situação de mobiliário, equipamentos, material de Consumo e estruturas do Parque



Circuito e proporcionada a manutenção corretiva do Trator Podador, instalação de novos bebedouros e reforma das mesas de concreto.

A parceria junto a EMDUR garantiu a troca de iluminação do parque, com a SEMUSB a manutenção da limpeza diária.



Iluminação Antes e Depois no Parque Circuito

5.5 – Divisão de Administração do Parque da Cidade

O Parque da Cidade de Porto Velho localizado na área urbana, possui um espelho d'água central, é um excelente lugar para caminhada possuindo uma pista com 800 metros ideal para esse tipo de exercício, além de academia ao ar livre, campo de futebol e vôlei de areia. Também dispõe de um anfiteatro, onde acontecem eventos para a população.

✓ Eventos no Parque da Cidade

A Companhia de Teatro Ruante PVH-RO, desenvolveu no Parque da Cidade, apresentações de teatro ao ar livre.



Apresentações de Teatro ao ar livre no Parque.

Já a Associação Desportiva de Veteranos do Bairro Paraíso realizou o tradicional jogo de futebol dos times CASADOS X SOLTEIROS.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher realizou o 1º ENCONTRO DE MULHERES EM AÇÃO.



Sema no 1º Encontro de Mulheres realizado no Parque da Cidade.

O total de visitantes de janeiro a dezembro de 2017 foi de aproximadamente **21.000 (vinte e uma mil)** pessoas.

✓ **Manutenção e Conservação**

Com o intuito de promover uma manutenção mais abrangente nas dependências do Parque da Cidade, foi realizado um mutirão com os servidores da SEMA para a limpeza, roço e poda nas áreas internas e externas.



Manutenção e Limpeza do Parque.

Os serviços se mantiveram constantes, com o apoio de servidores cedidos da SEMUSB à SEMA, nos procedimentos de manutenção citado acima e outros, como tapa buracos do estacionamento, troca e a aquisição de 05 bebedouros, visando proporcionar maior qualidade de vida aos visitantes que ali praticam suas atividades de caminhada, corrida, futebol e usufruem da academia ao ar livre.



Manutenção e Limpeza do Parque.

5.6 – Divisão de Gestão de Áreas Ambientalmente Protegidas

A Divisão de Gestão de Áreas Ambientalmente Protegidas tem por finalidade: I - assessorar o (a) Diretor (a) do Departamento sobre questões administrativas, sempre que solicitado; II - monitorar e recuperar áreas verdes e área de preservação permanente em todo o município de Porto Velho e distritos; III - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; IV - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica.

✓ Atividades e Visitas in loco

Constatação de demolição em APP, com constante monitoramento quanto a novas invasões.



8°48'26" S 63°53'20



8°48'28" S 63°53'18" O

A equipe monitora a necessidade de garantir a conservação e a restauração da vegetação para proteção contra os fatores de degradação, recomendando ao gestor da secretaria isolar áreas e instalar placas de avisos.



Mapeamento de APP efetuada pelos técnicos da SEMA.

Foi desenvolvida ação, em conjunto com o DFIS, para verificação de casas localizadas em área de risco, áreas verdes e APP's. Constantemente foram localizados moradores que teriam sido contemplados com o benefício habitacional com fim de realocação que estavam vendendo o benefício e voltando às áreas de proteção ambiental.



8°45'0.00" s de Latitude e 63°54'10.44" O de Longitude.

Foram realizadas, juntamente com a equipe do DGPA, palestras sobre Educação Ambiental e Conscientização sobre as áreas de preservação permanente APP.



Palestras e orientação na comunidade.

5.7 – Divisão de Arborização Urbana

A Gerência de Arborização Urbana foi criada em janeiro de 2017, foi constituída com objetivo de construir políticas públicas a Arborização Urbana no município de Porto Velho, e visa trabalhar em 03 eixos principais: **manejo das árvores urbanas, plantio de mudas e emissão de autorizações para corte e poda de árvores.**

A arborização urbana contribui para amenizar os efeitos da alta temperatura nas cidades e propicia um ambiente visualmente agradável aos habitantes e visitantes, tem enorme importância na estrutura de manter o equilíbrio físico-ambiental das cidades e sendo utilizado também como indicador de qualidade de vida.

5.7.1 – Licenciamento para corte e/ou poda de árvores

Ao chegar a gerência de Arborização Urbana o cidadão é instruído a preencher o requerimento com dados pessoais e informações do seu pedido, feito isso, o núcleo separa o requerimento pela zona a qual pertence (norte, sul, leste ou central), pois cada zona tem o dia específico para ser efetuada vistoria, assim não ocorre o acúmulo de solicitações.

Na vistoria in loco é observado a circunferência na altura do peito (CAP), estado fitossanitário, localização no terreno, copa, localização geográfica, entre outros fatores do indivíduo arbóreo. Esses laudos são digitados e repassados para Engenheira Florestal responsável para revisão e após aprovação de tal diagnóstico, assina o laudo junto ao Secretário para que a autorização seja entregue ao requerente.

Porto Velho é caracterizada por sua arborização em pátios e quintais de residências, em muitos casos as árvores são plantadas ou passam por um processo de germinação e se desenvolve em locais inadequados tais como: próximo ao muro de divisa das residências, fossas, tubulação de esgoto, abaixo da rede elétrica e outros equipamentos públicos, fato este, motivo para intervenção através do manejo destas árvores. O motivo mais frequentemente encontrado são obras de construção em geral. Na maioria dos casos as espécies encontradas são inadequadas para o local, pelo sistema radicular que danifica estruturas das residências, de calçadas.

Os diplomas legais, mais específicos que seguem as atividades em Arborização Urbana, tem origem nos municípios. Estes apresentam dispositivos que definem questões que vão desde a preservação de vegetação original até a determinação de reposição em

consequência de supressões julgadas necessárias. Em geral, as leis decretos e normas municipais estabelecem a responsabilidade exclusiva dos municípios nos trabalhos em logradouros públicos.

A cobertura vegetal é considerada patrimônio ambiental do Município e seu uso e/ou supressão será feito de acordo com as normas estabelecidas no Código e/ou em seu regulamento sobre a supressão, a poda, o replantio e o uso adequado e planejado das áreas revestidas de vegetação de porte arbóreo ou arbustivo. (L.C. nº 138/01 – Código Municipal de Meio Ambiente PVH/Ro).

• Lei Complementar nº 138 28/12/01 - Código Municipal de Meio Ambiente
Art. 155. A cobertura vegetal é considerada patrimônio ambiental do Município e seu uso e/ou supressão será feito de acordo com as normas estabelecidas neste Código e/ou em seu regulamento sobre a supressão, a poda, o replantio e o uso adequado e planejado das áreas revestidas de vegetação de porte arbóreo ou arbustivo.

Art. 158. O corte e a poda de árvores em propriedade pública ou privada, nas áreas urbanas do Município, ficam subordinadas a autorização da SEMA, mediante laudo de vistoria lavrado por profissional habilitado.

5.7.2 – Quantitativo de Autorizações

Realizado levantamento no banco de dados das autorizações emitidas pela



Poda para prevenir intervenção na rede elétrica.

Gerência de Arborização Urbana, pertinentes as autorizações emitidas em 2017, foi identificado o total de **512 (Quinhentas e doze)** emissões, sendo que destas, **178 (Cento e Setenta e Oito)** são podas e **343 (trezentas e trinta e quatro)** foram erradicações. Vide Tabela 03.

Período	Poda	Erradicação
2017	178	334
Total	4	10

Tabela 03 – Quantitativo de Autorizações de Poda versus Erradicações em 2017. FONTE: SEMA/2017.

O gráfico 03 demonstra as oscilações referentes às autorizações para erradicação em relação às podas no ano de 2017.

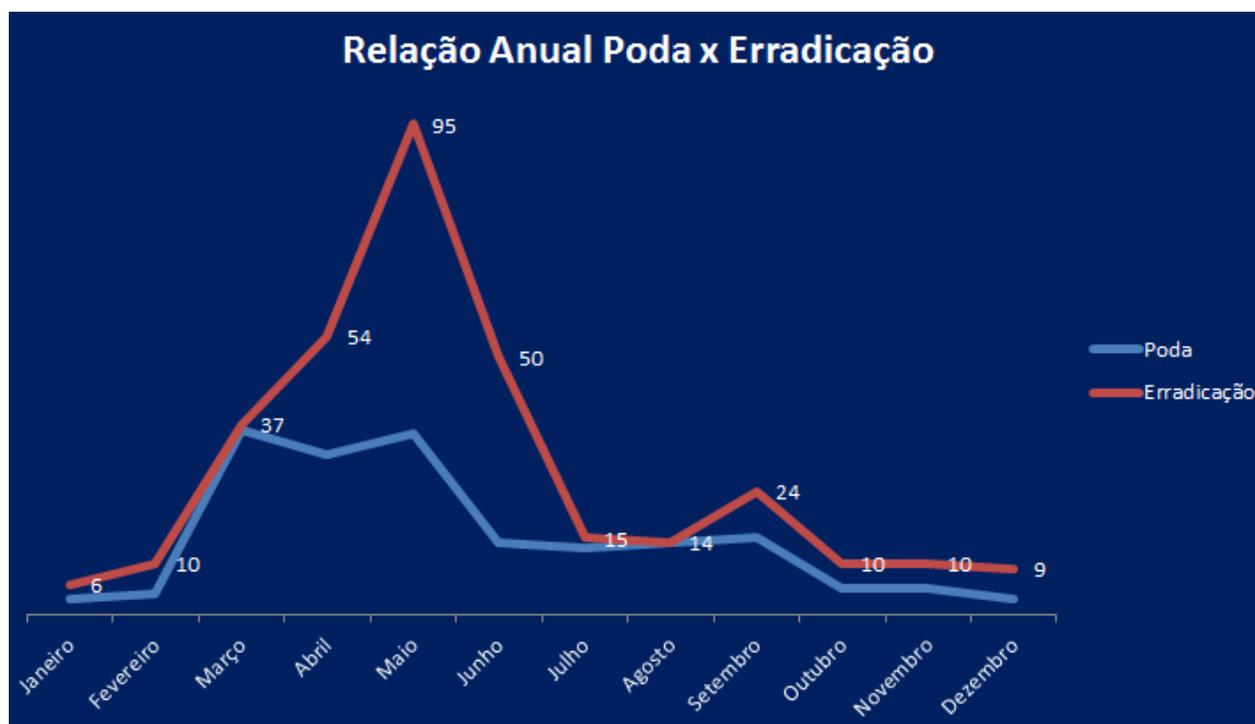


Gráfico 03 – Relação Anual de Autorizações de Poda em relação ao quantitativo de Erradicações autorizadas. FONTE: SEMA/2017

Os motivos mais recorrentes para que seja autorizada a erradicação de uma árvore, foram agrupados em quatro eixos: (1) Danos ao patrimônio, (2) risco de queda (árvore ou galhos), (3) construção civil e (4) Estado fitossanitário.

A tabela 04 demonstra a quantidade de intervenções e o gráfico 04 apresenta a

discrepância nos meses do ano referente às motivações informadas nos requerimentos para justificar a supressão e/ou poda do indivíduo arbóreo.

Período	Danos ao patrimônio	Riscos	Construção civil	Fitossanidade
2017	5	3	1	0
Total	205	137	123	47

Tabela 04 – Tabela de Motivação de Erradicações no município de Porto Velho. FONTE: SEMA/2017.

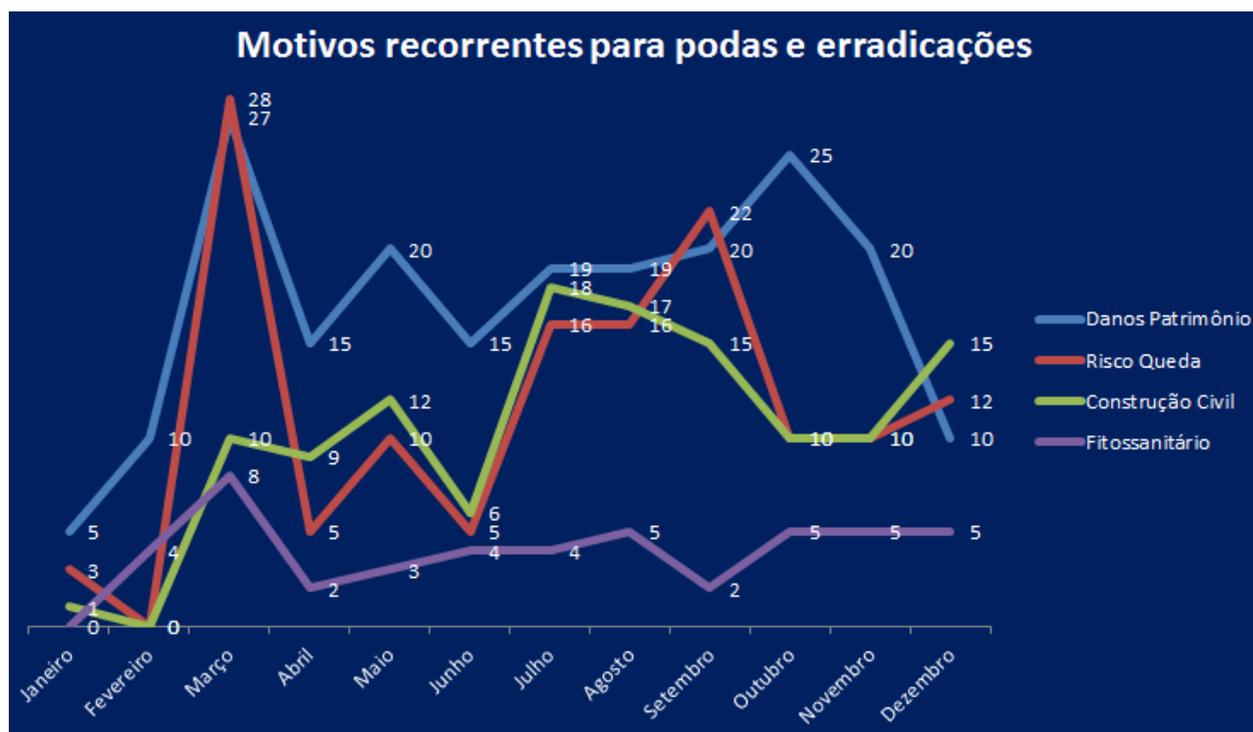


Gráfico 04 – Quantitativo Anual da Motivação para solicitação de Podas e Erradicações no Município de Porto Velho. FONTE: SEMA/2017

O motivo que apresentou maior número de solicitações para intervenções foi o de **danos ao patrimônio**, com um total de 205 solicitações. Referente às autorizações para corte e poda foram registradas 22 espécies diferentes. A espécie com maior número de

autorizações emitidas foi a *Canafístula*, em segundo a Mangueira, em terceiro o Jambreiro, com números significativos também se revelaram o Fícus e variedades de Ipês.

Para autorizar a erradicação motivada pela construção civil, a Gerência de Arborização Urbana solicita que o requerente apresente planta do projeto ou croqui ilustrativo. Para quantificar as árvores que são suprimidas justificadas quanto ao estado fitossanitário foi considerado as árvores tomadas por cupins, parasitas, erva de passarinho ou cranco; aquelas que estão em estado de senescência; aquelas que apresentam tronco oco e ainda, as árvores que foram atingidas por raio. Para justificar danos ao patrimônio foram considerados os danos em muros, calçadas, paredes residenciais, telhas, fossas sépticas, tubulação de esgoto, encanamentos, entre outros. E o risco de queda, é considerado quando a árvore apresenta inclinação relevante, oferecendo risco.

Ressalta-se que a taxa de vistoria para o ano de 2017 não foi cobrada dos munícipes, tendo em vista necessidade de regulamentação. No entanto, cobrou-se pagamento via compensação de mudas, esterco e/ou suprimentos, no caso de mudas as espécies são escolhidas de acordo com a necessidade do viveiro municipal, localizado no Parque Natural de Porto Velho.

O gráfico 05 apresenta o quantitativo de intervenções por zona em Porto Velho. Em 2017, observa-se que a Região Central do Município foi a que mais solicitou intervenções em sua flora, com um total de **37% (Trinta e Sete por Cento)**. Em segundo lugar observa-se a Zona Sul com **28% (Vinte e Oito por Cento)**. Seguida da Zona Leste com **22% (Vinte e Dois por Cento)** e por último a Zona Norte com **13% (Treze por Cento)**.

Importa considerar que os dados acima são referentes a autorizações legais expedidas pela SEMA. Em tais índices não foram computados os valores referentes as erradicações ou podas ilegais, haja vista que a Secretaria ainda não dispõe de Sistema para coleta de tais dados.

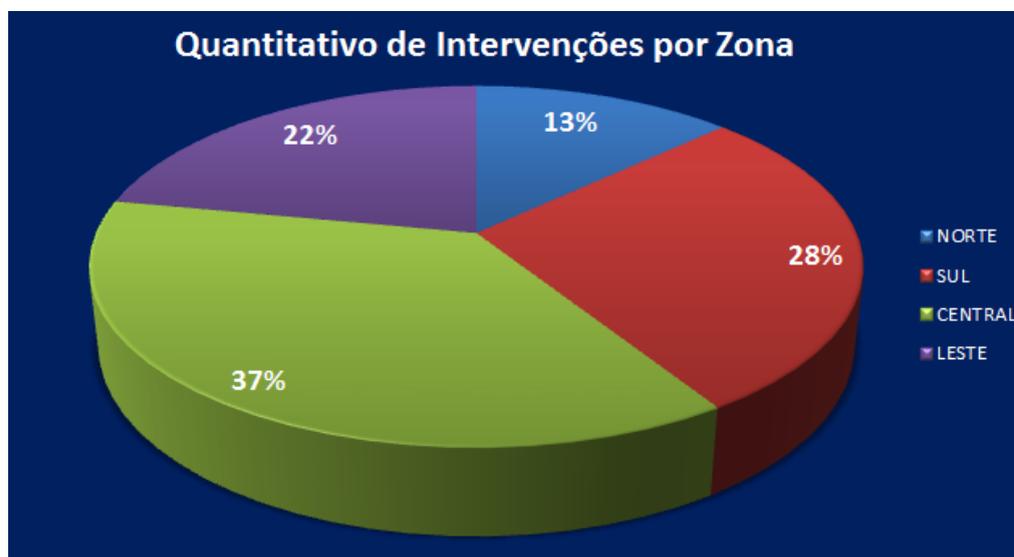


Gráfico 05 – Quantitativo Anual de intervenções na Flora por Zona no Município de Porto Velho.
FONTE: SEMA/2017

5.7.3 – Atividades de Plantio

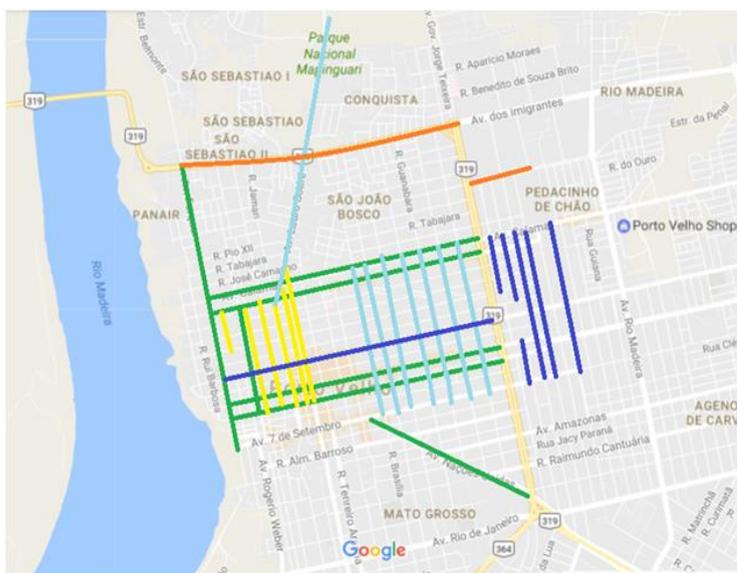
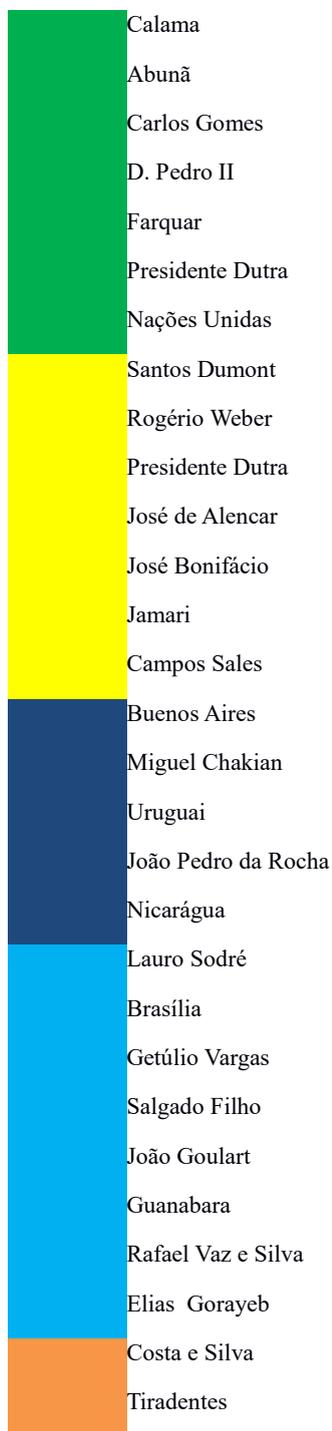
Em 2017 o plantio foi realizado em calçadas, praças, escolas, além de outros espaços de lazer do município. As espécies que estão sendo utilizadas são: Ipês (roxo, branco e amarelo), Acácia, Leucena. Pata de vaca, Cojoba, Lanterneira, Jatobá,



Sibipiruna, Oiti, entre outras de pequeno e médio porte. A figura a seguir apresenta o planejamento e execução para os plantios em calçadas na cidade de Porto Velho.

Atividades de Plantio na entrada da Cidade.

Ruas:



	Calçadas plantadas
	Calçadas riscadas
	Próximo plantio
	Calçadas + canteiros centrais
	Canteiros centrais

Em números tem-se o apresentado na Tabela 05, a qual trata do Quantitativo Anual de plantios no Município de Porto Velho.

Locais	Quantidade
Cristal da Calama	3000
Condomínios (Parceria)	600
APP Esperança	200
Entrada da cidade	300
Skate Park	620
Parque da Cidade	20
Elevado do Roque (árvores)	20
Elevado do Roque (ixórias)	300
Jatuarana c/ BR	80
3 e meio	25
Caracol 3 e meio	100
Eco Park Pirarucu	45
Cidade de todos	60
Condomínios	265
Observatório de Giral	100
Escolas	90
Distrito de União Bandeirantes	100
Distrito de Nova Califórnia	200
Distrito de São Carlos	100
Distrito de Nazaré	50
Calçadas	1350
Poliesportivo/ Jatuarana	32
Zona Rural	400
Estádio Jacy Paraná	220
Rogério Weber / replantio	90
Total	8.517

Tabela 05 – Quantitativo Anual de plantios no Município de Porto Velho.

FONTE: SEMA/2017

5.7.4 – Manejo de árvores urbanas

A equipe de manejo de árvores urbanas (corte ou poda) realizou **385 (Trezentos e Oitenta e Cinco)** serviços em escolas, hospitais públicos e órgãos públicos, atendendo a demanda de ofícios que vem sendo recebidos na secretaria, e ainda **263 (Duzentas e sessenta e três)** manutenções em calçadas e canteiros centrais.

5.7.5 – Relatos fotográficos

A seguir são apresentados os relatos fotográficos dos serviços efetuados pela SEMA.



Intervenções realizadas em Canteiros da Entrada da Cidade



Intervenções realizadas em Calçadas e órgão públicos

A seguir, registra-se um dos maiores orgulhos da gestão ambiental da SEMA, assim como de todos seus servidores. A transformação da entrada da cidade iniciada em 2017.



Paisagismo com plantio de grama e árvores na entrada da Cidade

6 - Resíduos Sólidos, Reciclagem e Logística Reversa

6.1 – Pneumáticos Inservíveis

A SEMA realiza a gestão, monitoramento e fiscalização dos resíduos sólidos especiais – pneumáticos. Os pneumáticos são coletados, armazenados, transportados para fora do Estado e recebem a destinação final ambientalmente adequada através da atuação da RECICLANIP, empresa especializada na coleta e transporte de pneumáticos em todo o Brasil. Esses resíduos, se descartados de forma inadequada, causam prejuízos ao meio ambiente e apresentam riscos a saúde pública.

Desta forma, em concordância com o CONAMA e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Prefeitura atua principalmente na gestão integrada e fiscalização da correta destinação dos resíduos gerados no Município de Porto Velho e distritos. Os resíduos pneumáticos são destinados aos estados de Goiás (REVERSO

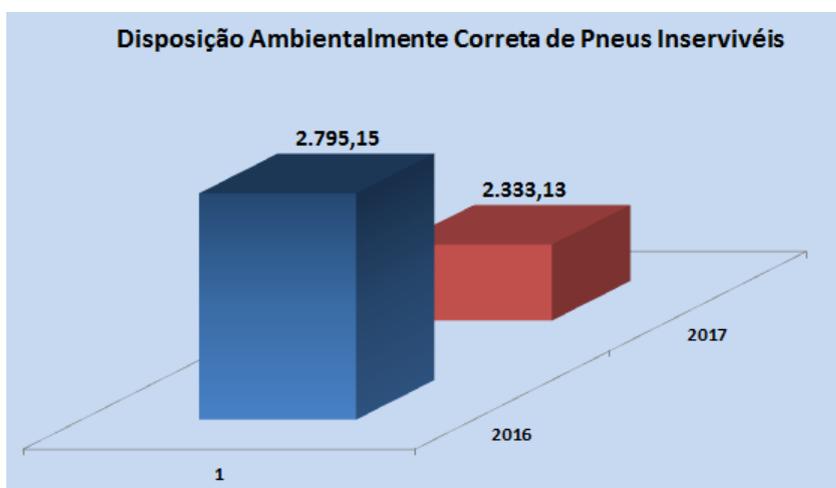


Gráfico 06 – Destinação ambientalmente correta de pneumáticos inservíveis. FONTE: SEMA/2017

RECICLAGEM E COMÉRCIO LTDA - Abadia) e Mato Grosso (ECOPNEU – RECICLAGEM DE PNEUS), que possuem recicladoras que aproveitam esse resíduo para pavimentação de estradas.

De acordo com dados processados a respeito do ano de 2017, foram coletados **2.333,13 (Duas Mil, Trezentas e Trinta e Três Toneladas)** de pneus. No ano de 2017, a RECICLANIP não executou a destinação ambiental durante três (03) meses.

6.2 – Reciclagem de Resíduos no Lixão

Quanto a reciclagem, no município de Porto Velho, o trabalho mais consistente é realizado pela Cooperativa CATANORTE, que fica localizada em um barracão na Vila Princesa. Os dados a seguir apresentam o volume de resíduos reciclados, mensal e anual em quilos (kg) no ano de 2017.

PERÍODO	RECICLADOS
JAN	117.253
FEV	75.500
MAR	132.450
ABR	101.150
MAI	138.870
JUN	72.440
JUL	93.885
AGO	146.824
SET	137.632
OUT	99.980
NOV	128.920
DEZ	132.674
TOTAL	1.377.578

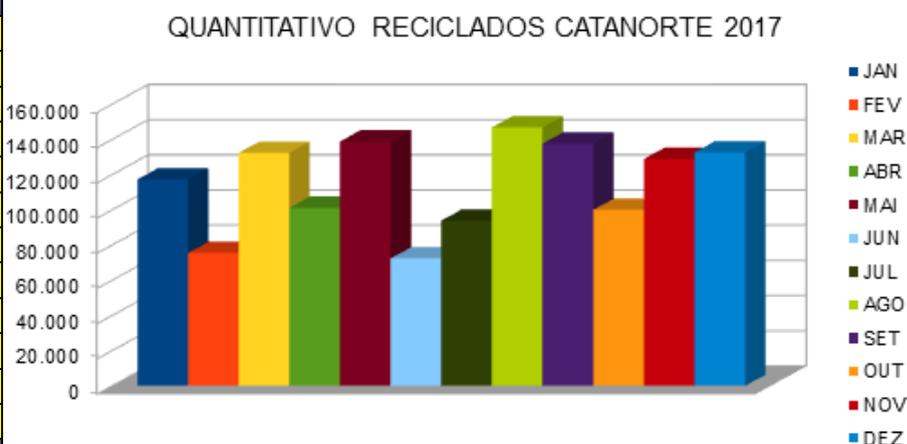


Gráfico 07 – Volume de Material Reciclado em Porto Velho pela CATANORTE.
FONTE: SEMUSB

6.3 – Resíduos da Construção Civil

Quanto aos resíduos da construção civil, relativos às obras públicas, foi orientado a SEMOB e SEMUSB que proceda a destinação ambientalmente correta. Nesse escopo a Secretaria estabeleceu parceria com o empreendimento PRS RECICLADORA, localizada na Estrada do Areia Branca – Km 1/2. A SEMA também iniciou em 2017, legislação para o Cadastro de Prestadores de Serviços Ambientais, no entanto até dezembro deste ano o Processo ainda tramita nas secretarias afins.

A fim de combater possíveis irregularidades de alguns empreendimentos foi realizada uma ação de fiscalização cobrando a destinação de todos os resíduos coletados por cata entulho em Porto Velho.

O gráfico 08 apresenta a demanda em metros cúbicos (m³) de resíduos da construção civil recebida pela empresa PRS RECICLADORA para os anos de 2016 e 2017. Em Porto Velho, legalmente atua ainda a empresa MAGRÃO ENTULHOS, mas não foi possível receber os dados até o fechamento deste Relatório.

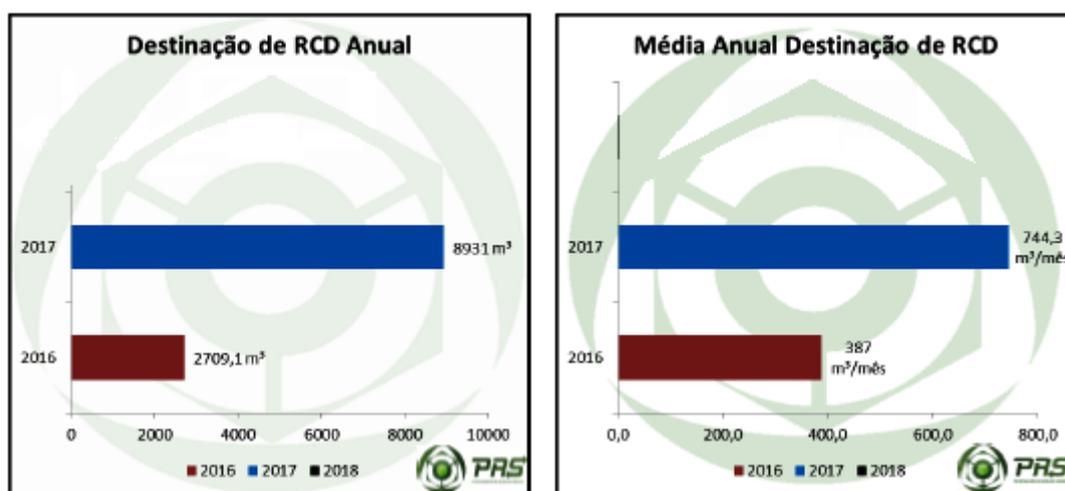


Gráfico 08 – Destinação de Resíduos da Construção Civil na Empresa PRS RECICLADORA

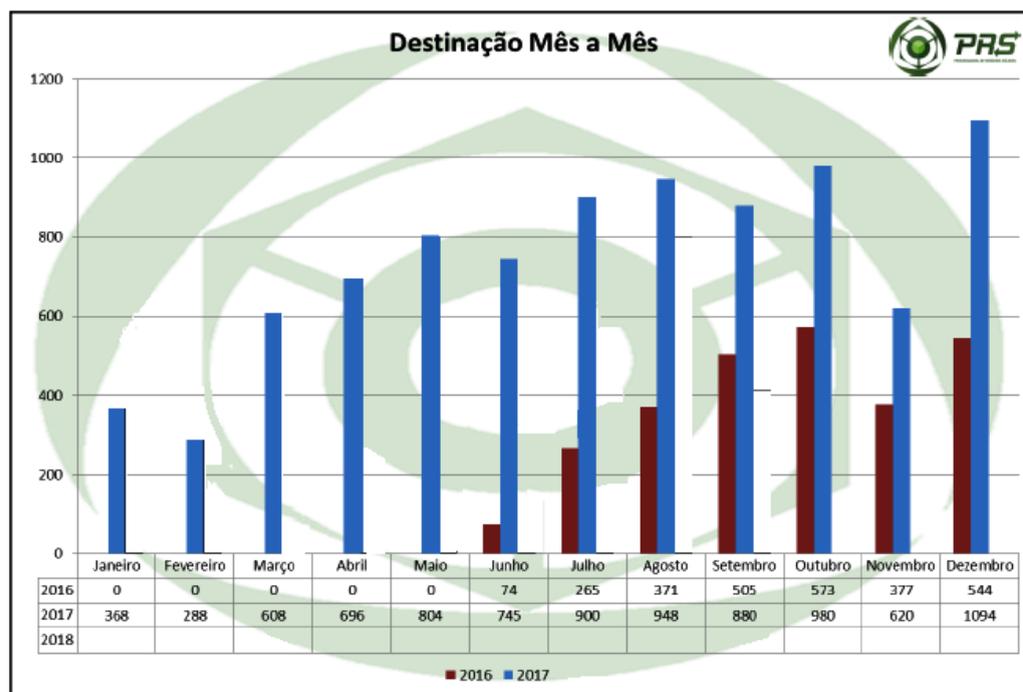


Gráfico 09 – Destinação de Resíduos da Construção Civil. Mês a Mês. FONTE: Empresa PRS.

BRITA RECICLADA

Produto obtido diretamente do processo de britagem de resíduos sólidos provenientes da construção civil, livres de impurezas, duráveis e isentas de materiais estranhos que possam interferir na reação de endurecimento do cimento.



Brita Reciclada – Produto Originado de Resíduos da Construção Civil em Porto Velho.

6.4 – Destinação de Efluentes Provenientes de Fossa

Para a destinação ambiental dos órgãos públicos municipais, foi estabelecida parceria com o empreendimento LOC-MAQ para destinação de efluentes provenientes das fossas de escolas, postos de saúde e unidades da Prefeitura até o limite de 20 metros cúbicos por dia.



Usina de Compostagem da empresa Loc Maq.



Composto Orgânico produzido a partir da compostagem da Loc Maq.

6.5– Destinação de Resíduos Eletrônicos

Os resíduos eletrônicos continuam sendo enviados para o empreendimento localizado na Rua Policial Gusmão, 6875. Bairro Cuniã.

6.6 – Destinações Ambientalmente Corretas

A equipe técnica da Secretaria trabalha na formulação da proposta de Instrumentação Jurídica que vai trabalhar a Regulamentação dos Grandes Geradores de Resíduos, instituído pelo Código Tributário (Art. 147) e não regulamentado desde 2004.

Outra contribuição diz respeito a minuta para alteração do Art. 173 do Código Municipal de Meio Ambiente, a fim de que seja permitido o lançamento de efluentes tratados em redes pluviais. Tal dinâmica facilitará a destinação ambientalmente correta dos efluentes na cidade, retirando o peso da degradação ambiental nos lenções freáticos pelo lançamento inadequado em sumidouros.

7 - Saneamento Básico e o Meio Ambiente

7.1 – Os Recursos Hídricos

De acordo com a consultoria legislativa, a parcela de água doce acessível à humanidade, no estágio tecnológico atual e à custos compatíveis com seus diversos usos, é denominado “recursos hídricos”. **Em outras palavras, os recursos hídricos são as águas superficiais e subterrâneas disponíveis para uso.** A Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, também conhecida como “Lei das Águas”, institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Singreh) baseando-se nos seguintes princípios:

- A água é um bem de domínio público
- A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico
- Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.
- A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas
- A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
- A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Com isso, determina que a água não pode ser privatizada. Sua gestão deve ser descentralizada e baseada em usos múltiplos. Isto é, deve utilizá-la para abastecimento, irrigação, indústria, e afins e contar com intensa participação da sociedade e do governo.

Enganam-se aqueles que entendem que sendo a água um recurso renovável estará sempre disponível para o homem utilizar. É perceptível que o consumo tem excedido a

renovação da mesma, atualmente verifica-se um stress hídrico, ou seja, falta de água doce principalmente junto aos grandes centros urbanos e também a diminuição da qualidade da água, sobretudo devido à poluição hídrica por esgotos domésticos e industriais.

A SEMA em 2017, buscou a construção de parâmetros de execução para o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos municipais. Técnicos da secretaria entendem que sua proteção parte do manejo sustentável compreendendo as ações que visam garantir os padrões de qualidade e quantidade da água dentro da sua unidade de conservação, a bacia hidrográfica.

7.2 – Água Potável - Sistema de Tratamento da CAERD

A gestão do abastecimento de água potável e o pouquíssimo saneamento em Porto Velho são realizados pela Companhia de Água e Esgoto de Rondônia (CAERD). A CAERD é uma empresa de economia mista com capital majoritário pertencente ao governo estadual.

Segundo o Relatório de Monitoramento Ambiental da CAERD, o Sistema Porto Velho possui três captações superficiais para suprir a demanda, a primeira está localizada no Igarapé Bate-Estacas, a segunda junto à barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e a terceira através de uma bomba instalada sobre flutuante no Rio Madeira. O Sistema não contempla distribuição de água para 100% da população do Município.

A água proveniente da captação da barragem é conduzida por quatro linhas de transmissão conectadas à barragem com diâmetro de 350 milímetros, para atingir a vazão necessária foi instalado o flutuante no Rio Madeira. A água captada é transportada por uma adutora até a captação do Bate-Estacas, se encontrando com a água captada no Igarapé do mesmo nome, no barrilete da elevatória, onde existem interligações ente as

adutoras, sendo possível a adução da água dos dois rios conjunta e simultaneamente para as duas Estações de Tratamento de Água – ETA's.

O Sistema mantém parte da concepção original e parte da água é direcionada a ETA localizada no Bairro Triângulo, que possui capacidade de 110 litros por segundo e a maior parte da vazão segue para ETA II, localizada na Estrada do Santo Antônio, com capacidade de 600 litros por segundo. O sistema opera de forma ininterrupta.

As ETA's do tipo convencional, constituídas pelas seguintes fases: coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção.

Na entrada da ETA a água recebe a dosagem de coagulante (Sulfato de Alumínio Ferroso Granulado), e segue para os tanques de floculação, em seguida vai para os decantadores onde os flocos formados se separam da água, sedimentando pela força da gravidade e acumulando-se no fundo do tanque.

Após a fase de decantação a água ainda contém impurezas e para retê-las a mesma passa pela filtração. Em seguida é aplicado o cloro gasoso para eliminar os microrganismos nocivos à saúde e garantir a qualidade da água nos reservatórios e nas redes de distribuição. A água segue para o reservatório apoiador, de onde é bombeada pela estação elevatória até o reservatório elevado para ser distribuída à população.

A água tratada deve apresentar características físicas, químicas e bacteriológicas dentro dos padrões adequados para o consumo, de acordo com a portaria do Ministério da Saúde nº 2.914 de 12 de dezembro de 2011. Caso as mesmas apresentem parâmetros em desacordo com os estabelecidos pela portaria citada, o laboratório deve estabelecer contato imediato com o responsável local para que seja investigada a causa e tomadas as devidas providências para regularizar a distribuição de água.

A captação superficial no Igarapé Bate-Estacas encontra-se outorgada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, através do Termo de Outorga nº 29/2015 com validade de 05 (cinco) anos, para captação de até 432 metros

cúbicos por hora durante 24 horas por dia. Vale ressaltar que por vezes essa captação é desativada, ficando apenas o Rio Madeira a suprir toda a demanda do Sistema.

A captação superficial do Rio Madeira está outorgada pela Agência Nacional de Águas – ANA, através da Resolução nº 1163 de 16 de setembro de 2013 com validade até 29/07/2039.

A ETA I e a ETA II estão localizadas em área urbana e não interferem nas Áreas de Preservação Permanente. Os produtos químicos estão armazenados em locais adequados e todas as instalações encontram-se em boas condições de limpeza.

O projeto de ampliação do Sistema de abastecimento de Porto Velho, através de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC previa também uma unidade de tratamento dos resíduos gerados durante o tratamento da água, provenientes das limpezas em filtros decantadores, no entanto, a obra correspondente encontra-se paralisada.



Bomba instalada sobre flutuante no Rio Madeira. FONTE: CAERD

Os resíduos provenientes da lavagem dos filtros e decantadores é canalizado para fora da área da ETA e lançados em um corpo hídrico. Outros resíduos sólidos gerados pela unidade são acondicionados e destinados ao serviço de coleta, transporte e disposição

final de resíduos sólidos urbanos da Prefeitura. Os efluentes gerados nos sanitários seguem para o sistema do tipo fossa sumidouro.

A tabela 06, a seguir, apresenta os dados relativos ao primeiro semestre de 2017 da análise do lançamento de resultados de ensaios físico-químicos e bacteriológicos provenientes da Divisão de Controle da Qualidade da Água da CAERD.

Ponto	pH Und	COR UC	TURBI- DEZ UT	C. TOTALIS	C. COLI PRES/AUS
Porto Velho/Rio Madeira (Captação Santo Antônio/Água bruta) (1ª coleta)	7,01	300	138	1011,2	328,2
Porto Velho/Igarapé Bate-Estacas Captação / Água Bruta) (1ª coleta)	7,24	100	35,40	248,9	5,2
Porto Velho/Igarapé Bate-Estacas Captação / Água Bruta) (2ª coleta)	6,86	200	76,70	1011,2	721,5
Porto Velho/Rio Madeira (Captação Santo Antônio/Água bruta) (2ª coleta)	7,25	50	23,40	-	-
Porto Velho/Igarapé Bate-Estacas Captação / Água Bruta) (3ª coleta)	7,30	100	35,50	-	-
Porto Velho/Rio Madeira (Captação Santo Antônio/Água bruta) (3ª coleta)	6,85	300	103	-	-
Porto Velho/Igarapé Bate-Estacas Captação / Água Bruta) (4ª coleta)	6,80	100	23,40	-	-
Porto Velho/Rio Madeira (Captação Santo Antônio/Água bruta) (4ª coleta)	7,07	600	315	-	-

Tabela 06 – Lançamento de Resultados de Ensaios Físico-Químicos e Bacteriológicos no Município de Porto Velho.

FONTE: RMA CAERD/2017

Segundo o Índice de Qualidade de Água (IQA) aplicado, a qualidade da água do Rio Madeira e seus tributários classifica-se como **boa** ($52 < IQA \leq 79$) ao longo do ciclo hidrológico, existindo uma variação sazonal da qualidade da água, que é melhor na enchente e seca e apresenta condições mais críticas na cheia.

Tendo em vista, que a CAERD não consegue atender a 100% da população, em muitas residências e empreendimentos detecta-se a presença de métodos alternativos de captação de água. A tabela 07 apresenta os dados relativos a análises de 04 empreendimentos particulares realizadas em 2017, sendo que são apresentados por zona da cidade. As análises são referentes a água proveniente de poço artesiano ou semi-artesiano. Todas foram colhidas para composição do Relatório de Monitoramento Ambiental e também são relativas a análise do lançamento de resultados de ensaios físico-químicos e bacteriológicos.

Empresa	Localização (ZONA)	pH Und	COR UC	TURBI- DEZ UT	C. TOTAIS	C. COLI PRES/AUS
01	Sul (Bairro Novo Horizonte) Dados ref. Port. 2.914/2011	4,80	<0,1	0,39	Ausente	Ausente
02	Norte (Bairro Nacional) Dados ref. Resolução CONAMA 357/2005	6,15	-	-	6,72 x 10 ⁶	5,19 x 10 ⁵
03	Centro (Bairro Triângulo) Dados ref. Resolução CONAMA 357/2005	5,23	-	-	1,44 x 10 ⁴	6,4 x 10 ³
04	Sul (Bairro Lagoa) Dados ref. Resolução CONAMA 430/2011	5,48	-	30	90	270

Tabela 07 – Lançamento de Resultados de Ensaio Físico-Químicos e Bacteriológicos por Empresas no Município de Porto Velho.

FONTE: Relatórios de Monitoramento Ambientais entregues na SEMA /2017

7.3 – Saneamento Básico

7.3.1 – Esgotamento Sanitário

O Brasil possui mais de 35 milhões de brasileiros sem acesso aos serviços de água tratada. A atual situação ambiental da cidade está intrinsecamente relacionada à pressão antrópica recebida nas últimas décadas, que tem como principais consequências a escassez de saneamento básico, ausência de tratamento de dejetos domésticos e disposição inadequada de resíduos sólidos. A deficiência destes serviços básicos contribui para a degradação do meio ambiente, principalmente dos recursos hídricos, uma vez que acabam servindo como alternativa para a destinação final de diversos tipos de efluentes.

Porto Velho tem um dos piores resultados nacional relativos ao saneamento básico. Apenas 31% de seus moradores têm acesso à água tratada, a coleta de esgoto só atinge 2% da população e a relação entre tratamento de esgoto e água consumida tem percentual zero.

A falta de saneamento básico é um dos maiores problemas ambientais enfrentados pela população da capital de Rondônia. Mesmo que estruturas de coleta, tratamento de esgoto e distribuição de água sejam itens essenciais para proporcionar o mínimo de qualidade de vida à população, esses temas ainda recebem mínima atenção e, principalmente, investimentos.

De acordo com o Instituto Trata Brasil, que monitora a situação do saneamento básico no país, o Ranking do Saneamento nas 100 maiores cidades brasileiras mostrou que os avanços são lentos e as novas estruturas não condizem com a arrecadação. Nos últimos cinco anos as 20 melhores cidades brasileiras investiram juntas R\$ 827 milhões em saneamento, quando arrecadaram R\$ 3,8 bilhões com os serviços, sendo que a média

de investimento dessas cidades foi de R\$ 188, 24 milhões, sendo R\$ 71,46 por habitante/ano.

Melhores x Piores indicadores em população com coleta de esgoto

10 Melhores			10 Piores		
Município	UF	População com coleta de esgoto (%)	Município	UF	População com coleta de esgoto (%)
Belo Horizonte	MG	100	Rio Branco	AC	21.23
Franca	SP	100	Juazeiro do Norte	CE	21.1
Piracicaba	SP	99.95	Teresina	PI	19.12
Contagem	MG	99.66	Belém	PA	12.7
Curitiba	PR	99.18	Manaus	AM	9.9
Volta Redonda	RJ	98.96	Jaboatão dos Guararapes	PE	6.59
Santos	SP	98.54	Macapá	AP	5.54
Ribeirão Preto	SP	98.5	Porto Velho	RO	2.04
Santo André	SP	98	Ananindeua	PA	0
Uberaba	MG	98	Santarém	PA	0

Tabela 08 – Relação das cidades brasileiras entre as melhores e piores indicadores em população com coleta de esgoto. FONTE: Instituto Trata Brasil.

A falta de estrutura não prejudica apenas a população, mas afeta diretamente a economia das cidades brasileiras. O Índice de Perdas de Faturamento Total mostra que apenas sete cidades entre todas as analisadas têm perda menor do que 15% da água faturada. A média nacional de perdas chegou a 41,9%. Porto Velho apresenta o segundo pior índice, perdendo 70,72% de seu faturamento.

Melhores e piores indicadores em perda financeira total com a água

10 Melhores				10 Piores			
Município	UF	Perda financeira total com água (%)	Perda na distribuição	Município	UF	Perda financeira total com água (%)	Perda na distribuição
Pelotas	RS	2.17	48.67	Cuiabá	MT	61.59	66.5
Vitória da Conquista	BA	4.32	24.36	Rio Branco	AC	63.28	61.53
Praia Grande	SP	6.66	30.49	Nova Iguaçu	RJ	63.37	39.08
Limeira	SP	9.99	14.08	São Luís	MA	63.6	63.6
Maringá	PR	12.44	22.51	Várzea Grande	MT	64.26	62.65
Serra	ES	12.71	28.08	Duque de Caxias	RJ	67.03	37.6
Franca	SP	15.54	24.68	Macapá	AP	67.32	77.35
Campinas	SP	15.22	21.59	Belford Roxo	RJ	67.52	44.34
Niterói	RJ	19.04	22.06	Porto Velho	RO	70.72	70.72
Santos	SP	20.88	18.98	Manaus	AM	75	49.28

Tabela 08 – Relação entre melhores e piores indicadores em perda financeira total com a água.

FONTE: Instituto Trata Brasil.

O fato da maioria das grandes cidades brasileiras não conseguirem cobrar por mais de 30% da água potável produzida é um desastre. É uma gigantesca perda de água, mas principalmente de recursos financeiros que seriam essenciais para a redução das próprias perdas de água. Principalmente para que mais pessoas fossem atendidas com novas redes de água e esgotos.

Melhores x Piores em Saneamento Básico

10 Melhores		10 Piores	
Município	UF	Município	UF
Franca	SP	Duque de Caxias	RJ
Londrina	PR	Nova Iguaçu	RJ
Uberlândia	MG	S. J. de Meriti	RJ
Maringá	PR	Jaboatão dos Guararapes	PE
Santos	SP	Juazeiro do Norte	CE
Limeira	SP	Santarém	PA
S. J. dos Campos	SP	Manaus	AM
Ribeirão Preto	SP	Macapá	AO
Jundiá	SP	Porto Velho	RO
Ponta Grossa	PR	Ananindeua	PA

Tabela 09 – Relação entre as 10 Melhores versus 10 Piores Cidades em Saneamento Básico.

FONTE: Instituto Trata Brasil.

É notório que o desafio primordial da atual gestão municipal é proporcionar saneamento básico para a população de Porto Velho. Tendo em vista que a cobertura inadequada dos serviços básicos de tratamento e distribuição de água, esgotamento sanitário, disposição final dos resíduos sólidos pode acarretar em um aumento da incidência de doenças de transmissão hídrica.

7.3.2 – Balneabilidade

Foram realizadas articulações com a SEDAM, IFRO e FIMCA que esbarraram na contrapartida financeira que a SEMA não dispunha em 2017. Outro fator limitante é a inexistência de um laboratório para análise de água.

Ficou recomendada para 2018 a aquisição de equipamentos móveis de monitoramento e a contratação de um laboratório anual para atender a demanda interna e externa nas categorias de balneabilidade, estação de tratamento de esgoto e potabilidade.

7.3.3 – Destinação de Resíduos

Os resíduos sólidos coletados no município de Porto Velho vêm sendo dispostos sem nenhuma forma de tratamento em uma área denominada “lixão da Vila Princesa”, localizada próximo à Vila Princesa, na BR-364, Km 13, margem direita, sentido Rio Branco/AC.

O local não possui licenciamento ambiental, sendo que em 2017 iniciou-se estudos a partir da SEMA para tomada de providências quanto a sua regulamentação. Foi oficiado a SEMUSB providenciar o rol de documentações necessárias para o licenciamento do local de destinação de resíduos.



Lixão da Vila Princesa. Foto do ano de 2015. FONTE: SEMUSB

O plano básico consiste na utilização dos recursos que ainda restam das compensações da Usina de Santo Antônio para execução de uma obra de Aterro Sanitário Provisório e ainda para contratação de consultoria para construção do Plano Municipal de Saneamento Básico. Toda a gestão de coleta e destinação dos resíduos é operada pela

empresa Marquise, cuja execução dos serviços é referendada pela Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos - SEMUSB.

Ao realizar uma análise sobre os dados de produção e destinação de resíduos em Porto Velho, verifica-se que no ano de 2000 a cidade produziu em resíduos sólidos o equivalente a 0,08% do que foi produzido no país e 27,8% do que foi produzido no Estado de Rondônia.

Já em 2015, passados 15 anos tem-se que a produção de resíduos em Porto Velho cresceu 47,26%, relativos a um crescimento de 11,44% no Brasil, 26,77% do Estado de Rondônia e 33,49% na Região Norte.

Infelizmente a disposição de resíduos em Porto Velho ainda é precária. A população ainda não contribui para a limpeza urbana. Observa-se a utilização de fogo para eliminação de resíduos, que na maioria dos casos observados, traz malefícios para a população.



Utilização de Fogo (Queimada Urbana) para eliminação de lixo.



Disposição de resíduos (lixo urbano) de forma incorreta.



QUANTITATIVO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM 2017

PERÍODO	DOMICILIAR	ENTULHOS	FIRMA	PARTICULAR	HOSPITALAR	PODAÇÃO	SELETIVA
JAN	9.314.690	2.087.820	2.902.200	449.230	11.191	82.230	59.960
FEV	8.679.180	1.963.440	2.991.780	492.950	12.727	58.540	60.770
MAR	9.702.640	2.319.050	3.014.300	629.290	17.418	90.270	76.090
ABR	9.006.410	1.957.930	2.799.110	565.550	11.673	73.150	72.440
MAI	9.651.940	2.039.060	2.474.870	539.990	14.517	56.590	69.270
JUN	8.605.640	1.962.370	2.900.650	458.800	12.992	75.330	65.180
JUL	8.150.320	2.069.540	2.743.410	723.290	11.020	69.250	56.710
AGO	8.569.150	2.240.240	2.768.180	794.220	10.087	61.070	55.870
SET	8.458.750	2.571.420	3.176.800	856.940	9.710	81.280	50.490
OUT	8.235.470	2.073.540	3.664.750	519.400	9.418	56.460	48.810
NOV	9.727.130	2.442.080	4.644.580	770.440	14.252	47.430	65.080
DEZ	10.456.990	3.265.310	3.307.560	506.590	12.625	90.310	66.320
TOTAL	108.558.310	26.991.800	37.388.190	7.306.690	147.630	841.910	746.990
TOTAL GERAL	181.981.520						

FONTE: SEMUSB.

PORCENTAGEM COMPARATIVA POR TIPO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM 2017

TIPO	DOMICILIAR	ENTULHOS	FIRMA	PARTICULAR	HOSPITALAR	PODAÇÃO	SELETIVA
%	59,65	14,83	20,55	4,02	0,08	0,46	0,41

8 - Mudanças Climáticas

A temática de Mudanças Climáticas sofreu dificuldades com relação ao seu desenvolvimento, seja por razões financeiras ou ainda pela falta de capacitação dos servidores em relação ao apoderamento das informações necessárias ao bom desenvolvimento de sua implantação.

Este ano de 2017 com a equipe reduzida, essa temática ficou deficitária. Dessa forma, urge que em 2018 sejam realizados cursos de capacitação com os funcionários envolvendo o Estado e delegando um servidor para acompanhar essa temática que necessita de atenção exclusiva, pois ela por si só requer muito tempo e atenção. É fundamental também a contratação de consultoria especializada para acompanhamento das ações e propiciar expertise aos servidores.

É fundamental envolver o servidor que estará à frente deste tema nas reuniões e deliberações nacionais para que ações tomadas localmente estejam de acordo com os compromissos internacionais.

Importa salientar que dentre as articulações feitas em 2017 primou-se pela execução do Projeto Porto Velho + Sustentável, inclusive com o Secretário assinando um Protocolo de Intenções, que não progrediu em razão de seus articuladores não terem manifestado interesse em dar continuidade ao projeto.

Buscou-se promover reuniões com fulcro em trabalhar uma parceria com o Estado. Foi feito um projeto para captação de recurso no PROGRAMA DO EUROCLIMA. Foi realizado um levantamento com os membros do comitê e Fórum de Mudanças Climáticas para verificação da continuidade na sua composição.

9 - Qualidade do Ar

O eixo de Qualidade do Ar foi prejudicado em razão de sua execução ser onerosa. Foram realizadas reuniões prevendo uma parceria entre SEDAM e IFRO para possibilitar o monitoramento do ar dentro das competências do município, no tocante ao ar respirável ao nível urbano, sendo a segunda e terceira camadas da atmosfera monitorado pelo Estado e pelo ente federativo.

A SEMA lançou como meta é reduzir os focos de queimada urbana no município de Porto Velho. Assim, iniciou um Projeto com Bombeiros Civis, que foram disponibilizados ao Corpo de Bombeiros Militar. O objetivo é o combate imediato a focos de incêndio (queimadas). Entendeu-se que proporcionar a melhorara da qualidade do ar da cidade e diminuir o número de atendimentos por doenças respiratórias nos hospitais locais.

As práticas das queimadas urbanas causam diversos problemas para a sociedade, afetando na qualidade do ar e prejudicando a saúde com a grande quantidade de fumaça e cinzas, causando sérios problemas respiratórios.

No ano de 2018 é esperado a realização da articulação financeira para a



Bombeiros Civis operando em conjunto com Bombeiros Militares.

FONTE: SEMA /2017

aquisição de equipamento com o objetivo de tornar a SEMA capaz de monitorar o ar a longo prazo, promover ações imediatas e garantir a manutenção da qualidade do ar.

10 - Considerações finais

O ano de 2017 representa a consolidação da Política Pública Municipal de Gestão Ambiental de Porto Velho, haja vista que a Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA está alcançando êxito nas suas ações e metas, contribuindo para que a Prefeitura de Porto Velho se fortaleça nas suas diretrizes de melhora da qualidade de vida da população.

Espera-se assim que tal consolidação possa ser amplamente evidenciada pela concretização do Planejamento Estratégico da SEMA, o qual organizou e estruturou a carteira de programas e projetos estratégicos da instituição, assim como a instrumentalizou para focar seus importantes objetivos estratégicos, cumprir sua missão e alcançar sua visão de futuro, onde, em 2020 será reconhecida como uma instituição pública de excelência na gestão ambiental.

Associado ao Planejamento Estratégico a SEMA está dando outro importante passo para se tornar uma instituição moderna e eficiente. Com o lançamento do Sistema ON LINE, dá-se início a uma importante fase para o desenvolvimento sustentável do município de Porto Velho.

A SEMA passou também a reanalisar diversos parâmetros de indicadores da qualidade ambiental do município, sendo possível visualizar os impactos positivos das mudanças já implementadas pela gestão.

A ampliação e fortalecimento do portfólio de serviços aliada a melhoria da qualidade do atendimento, possibilitaram que a SEMA, por meio de seus Departamentos, atuasse de forma intensiva na proteção ambiental, na gestão das unidades de conservação, no licenciamento e monitoramento ambiental, na educação ambiental, no fomento ao desenvolvimento sustentável.

Com a descentralização o licenciamento está cada vez mais acessível aos empreendedores, e com a conclusão desse processo, logo estará acessível a todo



cidadão que necessite de serviços que promovam a qualidade de vida.

Em 2017, a SEMA cresceu muito em tecnólogas e expertises, a partir do fortalecimento da sua estrutura física, aquisição de equipamentos, manutenção de veículos, e capacitação de suas equipes, contribuindo ainda mais para a melhoria dos processos de trabalho que resultaram em serviços de qualidade para o cidadão portovelhense.

Finalmente, ressalta-se que Porto Velho irá se destacar no país no que tange a gestão ambiental, tal visão pode ser confirmada com a excelente participação de técnicos em diversas reuniões e atividades a nível estadual e nacional.